

CURSO DE PSICOLOGIA

Isabela Cristina Lemos

**A RELAÇÃO DO CUIDADOR COM O BEBÊ E A CRIANÇA PEQUENA EM
CONTEXTO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

Santa Cruz do Sul
2017

Isabela Cristina Lemos

**A RELAÇÃO DO CUIDADOR COM O BEBÊ E A CRIANÇA PEQUENA EM
CONTEXTO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

Trabalho de Conclusão apresentado ao curso de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Roselaine Berenice Ferreira da Silva

Santa Cruz do Sul
2017

Aos cuidadores e aos bebês e crianças pequenas que se encontram na realidade do acolhimento institucional.

AGRADECIMENTOS

Trabalho de conclusão! Esse é um trabalho que diz das minhas implicações durante uma caminhada de cinco anos. Diz também de um encerramento de ciclo, e assim, é importante agradecer às pessoas, aos momentos, que implicaram em afetamentos, e dessa forma, tem contribuição na construção dessa pesquisa!

Primeiramente agradeço aos mestres da graduação. Os professores tornam-se figuras nas quais nos espelhamos e admiramos. Agradeço pela oportunidade que o professor e psicólogo Miguel Angel Liello me deu em cerca de dois anos da minha graduação para vivenciar, sentir e refletir sobre uma realidade tão complexa e tocante que são as instituições de acolhimento. Agradeço a professora Lilian Rodrigues da Cruz, que marcou meu primeiro semestre na disciplina de ciclo vital, e plantou a sementinha para minhas implicações com os primeiros anos de vida! À minha orientadora, cabe agradecer por todas as trocas e pelo empenho em compreender minha temática e auxiliar na construção dessa pesquisa, obrigada Roselaine!

Pensar na minha trajetória enquanto pesquisadora, certamente também me lembra das pessoas que estiveram ao meu lado durante esse ano e durante os anos da graduação...

Aos meus pais, Rosalí e Nildo, que sempre estiveram presentes, para escutar minhas preocupações, felicidades e angústias... Gratidão a vocês, pela vida, pelos ensinamentos e pelo amor! Não existem palavras para agradecer aqueles que nunca mediram esforços, certamente vocês também são autores dessa conquista. À minha irmã, Manu... Agradeço-te por todas as vezes que me ajudaste, é incrível ter a sensação de poder contar com alguém que sempre estará lá, pronta para o que for. Amo vocês, família!

Ao meu namorado, Mauricio, por todas as trocas que tivemos, por termos aprendido a crescer juntos frente às novas necessidades que se apresentavam! Agradeço por todo amor, apoio, suporte... Por toda a força que tu me deste não somente frente a essa pesquisa, mas em toda a minha trajetória!

Às colegas da graduação que se tornaram amigas com o passar desses cinco anos, pelo afeto e por tornarem a caminhada mais leve! Especialmente, à Patrícia e Amanda, vocês estão para sempre no meu coração. Muito obrigada pelas trocas, pelo riso fácil, que fizeram essa jornada menos densa e mais feliz!

É impossível não agradecer as participantes cuidadoras que se dispuseram a tornar minha pesquisa real! Muito obrigada!

*Não, não há razão para espanto: o milagre existe: o milagre é uma sensação.
Sensação de quê? de milagre. Milagre é uma atitude assim como o girassol
gira lentamente sua abundante corola para o sol. O milagre é a simplicidade
última de existir. O milagre é o riquíssimo girassol se explodir de caule, corola
e raiz – e ser apenas uma semente. Semente que contém futuro.*

(LISPECTOR, 1978)

RESUMO

As práticas de acolhimento institucional às crianças e adolescentes em situação de abandono ou maus-tratos são antigas. Entretanto, é recente o entendimento de que esse ambiente dê suporte não apenas às necessidades físicas, mas que o acolhimento seja breve e perpassado por relações de afeto. No cenário brasileiro, quando há a violação dos direitos dos bebês, crianças e adolescentes, a prática mais utilizada independentemente da faixa etária é o acolhimento institucional. Nesse sentido, a faixa etária dos bebês e crianças pequenas, de zero aos três anos, é considerada por alguns teóricos de extrema importância para o desenvolvimento humano, inclusive ao pensarmos sobre o desenvolvimento psíquico e emocional. Dentro deste contexto, a relação que o bebê e a criança pequena estabelecem com os adultos cuidadores é uma relação de destaque. A partir dessas questões, se percebeu que existem poucas pesquisas enfatizando a faixa etária do zero aos três anos no contexto de acolhimento institucional, apesar da relevância já garantida do começo da vida e das primeiras relações frente ao desenvolvimento dos bebês e crianças pequenas. Dessa forma, o objetivo dessa pesquisa foi conhecer a relação dos cuidadores com os bebês e crianças pequenas em situação de acolhimento em uma instituição localizada no interior do Rio Grande do Sul. Como finalidade também se procurou compreender as representações que cuidador tem sobre seu papel frente o cuidado e as suas percepções sobre o seu trabalho com bebês e crianças pequenas. Para corresponder aos objetivos, foram utilizados enquanto metodologia de pesquisa as entrevistas individuais com os cuidadores que trabalham diariamente com bebês e crianças pequenas e observações do cotidiano. As entrevistas foram transcritas, assim como as observações também foram registradas. Os dados coletados foram analisados a partir da análise de conteúdo, sendo formuladas quatro categorias de análise. A primeira diz respeito da tentativa de as profissionais construir uma identidade dentro do contexto de acolhimento institucional. Percebe-se uma dificuldade em estabelecer margens claras e definidas a partir das práticas de cuidado e da relação com os bebês e crianças pequenas. A segunda categoria aborda as percepções das cuidadoras acerca dos “pré-requisitos” frente o contato com o bebê neste ambiente. A categoria seguinte ressalta as rupturas, idas e vindas, enfatizando a realidade do acolhimento institucional que é perpassada por essas separações. E a última categoria aborda a questão “tempo” trazida de forma enfática pelas entrevistadas e das implicações para os bebês e crianças pequenas. Tem-se enquanto hipótese que o contato com o bebê e a criança pequena em contexto de acolhimento institucional evoca questões primitivas tornando complexa a compreensão das margens do seu papel. A realidade institucional marcada por inúmeras rupturas pode provocar nas cuidadoras estratégias defensivas frente a relação com o bebê e a criança pequena, onde elas passam a focar a rotina pré-estabelecida e as ações de cuidado físico.

Palavras-chave: Cuidadores. Acolhimento. Bebês. Crianças Pequenas

ABSTRACT

The sheltering institutional practices for children and teenagers in abandoned or mistreatment situations are antique. However, is recent the understanding of this environment to give support not only to the physical needs, but that sheltering has to be short and ran through affect relations. In the Brazilian cenario, when there is babies, children and teenagers' violation of rights, the practice more often used independently of the age group is the institutional sheltering. In this sense, especially face of toddlers and young children's age group from zero to three years old, means that this step known for some theorists as "early childhood" is considered of extreme importance to the human development, including emotional and psychological development. Inside this context, the relation the baby and the child establish with adult caregivers is a highlighted relation. From these issues, it has noticed that there are few researches emphasizing the age group from zero to three years in the context of institutional sheltering, despite the relevance already guaranteed from the beginning of life and of the first relations face of babies and children development. In this way, the objective of this research was knowing the relation of the caregivers with babies and young children in sheltering situation at an institution located at the countryside of Rio Grande do Sul. As goal it was searched to understand the representations a caregiver have about their role to the care and their perceptions about their jobs with toddlers and small children. To correspond the objectives were used as research methodology the individual interviews with caregivers who daily work with babies and young children and the quotidian observations. The interviews were transcribed, as well as the observations were registered. The collected data were analysed from the content analysis, being formulated four categories of analysis. The first says about professional's attempt to built an identity inside the context of institutional sheltering. It's noticed the difficulty in establishing clear and defined edges from the practices of care and from the relation with toddlers and children. The second heading approaches the caregivers' perceptions concerning the "prerequisites" face of contact with the baby in this environment. The next category points out the ruptures, comings and goings, emphasizing the reality of the institutional sheltering which is passed by these separations. And the last heading approaches the matter of "time" brought in an emphatic way by the interviewees and of the implications for the babies and young children. As hypothesis, the contact with the baby and the child inside an institutional sheltering context evokes primal issues, making the comprehension of the borders in their role complex. The institutional reality traced by several ruptures may cause defensive strategies in the caregivers in face of the relation with children, where they start to focus the predetermined routine and the actions of physical care.

Key words: Caregiver. Sheltering. Babies. Young children.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	08
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	12
2.1 Revisitando aspectos históricos das práticas de acolhimento institucional.....	12
2.2 A importância dos primeiros anos de vida.....	14
2.3 Acolhimento institucional de bebês e crianças pequenas.....	16
2.4 A função dos cuidadores em ambiente de acolhimento institucional.....	20
2.5 A Relação do cuidador com os bebês e crianças pequenas.....	24
3 METODOLOGIA.....	29
3.1 Delineamento.....	29
3.2 Sujeitos.....	29
3.3 Procedimentos.....	30
3.3.1 Entrevista semiestruturada.....	30
3.3.2 Observação.....	30
3.4 Coleta dos dados.....	31
3.5 Análise dos dados.....	32
3.6 Procedimentos éticos.....	33
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	34
4.1 A procura da construção de uma identidade - quem sou eu no contexto de acolhimento institucional?.....	34
4.2 Sobre a percepção das cuidadoras acerca dos “pré-requisitos” – formas de contato?.....	39
4.3 Rupturas, idas, vindas – como lidar com a realidade do acolhimento institucional?.....	42
4.4 Tempo e as implicações para os bebês e crianças pequenas.....	47
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS.....	59
APÊNDICES	
APÊNDICE A.....	64
APÊNDICE B.....	65
APÊNDICE C.....	66

1 INTRODUÇÃO

O acolhimento institucional é a medida de proteção mais utilizada no Brasil tanto para bebês quanto para crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados ou ameaçados. Atualmente, a cultura de institucionalização prevalecente em nosso país vem sendo questionada. Assim, há um entendimento de que a passagem na instituição de acolhimento deve ser breve, e, além disso, que as relações que ali se constroem entre cuidadores e crianças possam ser baseadas em afeto, cuidados e limites. (NOGUEIRA, 2011). Essa cultura é um reflexo histórico frente as questões de abandono de crianças e adolescentes. Analisando de forma contextual, no último século foram criados mecanismos institucionais que levavam a criança pobre aos internatos, sendo categorizados enquanto órfãos, abandonados ou delinquentes. (RIZZINI e RIZZINI, 2004).

Frente as diferentes faixas etárias da infância, os anos iniciais do ser humano são considerados por especialistas desde a última metade do século passado, enquanto período de extrema relevância para o desenvolvimento psíquico. Assim sendo, Dolto (1999), Bowlby (2006), Winnicott (1982), cada um a partir das suas bases e compreensões teóricas expõe a importância das primeiras relações. Mais especificamente da relação entre mãe e bebê, e mãe e criança pequena, onde se considera que “tornar-se uma pessoa, algo que parece tão natural aos nossos olhos, acontece a partir da relação do bebê com aqueles que dele cuidam e através de um complexo processo de desenvolvimento. Não basta esperar a passagem do tempo para que tudo isso aconteça de forma automática”. (ALENCAR, 2015, p.16).

Portanto, dentro de uma realidade de acolhimento institucional são os cuidadores que assumem a responsabilidade pelas tarefas de cuidado. Com o passar dos dias são eles que estão no cotidiano percebendo e acompanhando o crescimento destas crianças e participando da sua constituição como sujeitos, visto que o tempo que deveria ser provisório muitas vezes não é. O afastamento da figura materna traz enquanto demanda das crianças a fundamental presença de um adulto cuidador capaz de formar vínculos e realizar cuidados afetivos. Os bebês e crianças pequenas que estão sob acolhimento institucional vivenciam uma fase da vida de constituição tendo avanços a cada novo dia que passa. Especificamente o cuidador desta faixa etária tem diante de si a tarefa de cuidar e educar, e, além disso, perceber no dia a dia as dificuldades e as conquistas dos bebês e crianças pequenas que de forma tão única acontecem nos primeiros anos de vida. (GOLIN, 2010).

Frente a isso, em relação à faixa etária do zero aos três, percebeu-se através da pesquisa de Moura e Amorim (2013) que a produção de estudos que envolve bebês crianças pequenas sob contexto de acolhimento institucional é baixa, principalmente no Brasil.

Inclusive, o termo “bebê” não aparece em alguns documentos legais brasileiros sobre do acolhimento de crianças e adolescentes, o que sugere que não existem especificidades nesta faixa etária nas situações de acolhimento.

Porém, Gabeira e Zornig (2013) apontam que o cuidado com bebês e crianças pequenas é diferente em muitos aspectos do cuidado de crianças mais velhas e adolescentes. O desenvolvimento psíquico do bebê e da criança pequena depende especialmente de um adulto cuidador disponível. Tal cuidado, deve ser perpassado por uma ética de cuidado expressa na relação do agente cuidador com o bebê, especialmente através de duas funções, a continência e a sustentação, onde se considera que o bebê tenha um lugar subjetivo.

Outra especificidade do cuidado de bebês e crianças pequenas em abrigos, diz respeito ao efeito que esse cuidado tem nos profissionais atuantes, já que os cuidadores podem ter ativado em si a própria história infantil. Por um lado, isso pode facilitar a identificação possibilitando que as necessidades do bebê sejam ouvidas, mas por outro pode gerar um distanciamento afetivo dos profissionais em relação ao cuidado que é exercido. (ZORNIG, 2010).

Diante do exposto se explicita que o tema desta pesquisa é a relação do cuidador com o bebê e a criança pequena em contexto de acolhimento institucional. A qual teve como objetivo conhecer a relação desse par, cuidador-bebê e cuidador-criança pequena, onde se buscou compreender as representações a partir das cuidadoras sobre o seu papel de cuidar e as percepções sobre o seu fazer.

Nas instituições de acolhimento não há garantia da provisoriedade da medida de proteção, característica apontada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Assim, crianças e adolescentes passam períodos, as vezes longos, de sua vida vivendo sob essa forma, ou seja, dentro de um ambiente institucional. Muitos bebês iniciam sua vida neste ambiente e tantas outras crianças pequenas também tem seus primeiros anos de vida marcados pela institucionalização. O tempo em que estão neste contexto não é indiferente às suas vidas, principalmente pelo fato de que são sujeitos em constituição.

Atrelada a essa questão, há nesse ambiente a figura do cuidador que tem diante de si o exercício do cuidado de seres muito dependentes e que precisa considerar que o abrigo possa ser um ambiente favorável para o desenvolvimento deles. Portanto, pensando na realidade dos contextos de acolhimento institucional e sobre a importância dada aos primeiros anos de vida, intriguei-me com aqueles que passam o dia em contato com os bebês e com as crianças pequenas, os cuidadores. Mais especificamente me questioneei: como se dá a relação do cuidador com os bebês e crianças pequenas no contexto de acolhimento institucional?

Nesse sentido, realizei inicialmente um levantamento teórico acerca da temática, compreendendo aspectos históricos dos últimos séculos sobre o acolhimento de crianças na história do Brasil. Após, ressaltar com os autores anteriormente citados a relevância desses anos iniciais a partir dos seus estudos e pesquisas. Aspectos do acolhimento institucional de bebês e crianças pequenas foram percorridos, bem como foi realizada uma pesquisa sobre materiais já existentes acerca da relação do cuidador com os bebês e crianças pequenas em ambiente institucional.

Enquanto objetivo geral dessa pesquisa, procurei conhecer a relação do cuidador com os bebês e crianças pequenas a partir da compreensão dos cuidadores. A pesquisa foi realizada em uma instituição de acolhimento localizada no interior do Rio Grande do Sul com cuidadores que trabalham com a faixa etária do zero aos três anos. As técnicas utilizadas, após o consentimento das participantes, foi a entrevista semiestruturada e observação do cotidiano da instituição de acolhimento.

Além disso, enquanto objetivos específicos tive o intuito de compreender qual a percepção do cuidador acerca do seu trabalho com os bebês e crianças pequenas institucionalizadas, bem como observar a relação do cuidador com os bebês e crianças pequenas no contexto de acolhimento institucional. O último objetivo específico refere-se a análise das representações que o cuidador faz acerca de seu papel frente às ações de cuidado estabelecidas com os bebês e crianças pequenas.

Após realizadas, as entrevistas foram transcritas e analisadas através da Análise de Conteúdo, que me permitiu chegar nas seguintes categorias de análise: “A procura da construção de uma identidade - quem sou eu no contexto de acolhimento institucional?”; “Sobre a percepção das cuidadoras acerca dos “pré-requisitos” – formas de contato?”; “Rupturas, idas, vindas – como lidar com a realidade do acolhimento institucional?” e “Tempo e as implicações para os bebês e crianças pequenas”.

A primeira categoria de análise diz expõe a tentativa de as profissionais construir uma identidade dentro do contexto de acolhimento institucional. Há uma dificuldade em reconhecer margens claras e definidas a partir das práticas de cuidado e da relação com os bebês e crianças pequenas. A segunda categoria aborda as percepções das cuidadoras acerca dos “pré-requisitos” frente o contato com o bebê, onde foi possível articular algumas reflexões acerca das formas de contato. A terceira categoria ressalta aspectos emocionais trazidos pelas cuidadoras, referente as rupturas, idas e vindas – processos frequentes que compõe a realidade do acolhimento institucional – e também suas percepções de fracasso

acarretadas por essa realidade. A última categoria aborda a questão “tempo” trazida de forma enfática pelas entrevistadas e das implicações para os bebês e crianças pequenas.

Tem-se enquanto hipótese que o contato com o bebê e a criança pequena em contexto de acolhimento institucional evoca questões primitivas, o que torna complexa a compreensão das margens do seu papel. A realidade institucional marcada por inúmeras rupturas pode provocar nas cuidadoras estratégias defensivas frente a relação com o bebê e a criança pequena, onde a rotina pré-estabelecida e as ações de cuidado físico ocupam um espaço importante, pois justificam o distanciamento afetivo.

Acredito ser importante ressaltar que o interesse em conhecer a relação dos bebês e crianças pequenas com os cuidadores do abrigo se deu mediante a minha inserção durante dois anos em um projeto de extensão onde atuei em uma instituição de acolhimento. O local sempre me suscitou questionamentos principalmente quando pensamos na importância deste período da infância para a constituição dos sujeitos que acontece a partir da relação com um adulto cuidador, na maioria das vezes é a mãe. Ao perceber o número de bebês no berçário e o número de cuidadores por turno, a relação entre esse par cuidador-bebê ou cuidador-criança pequena passou a me inquietar no que tange o modo como se estabelecem essas relações.

Ademais, existe a evidência de poucas pesquisas que enfoquem o acolhimento institucional e a faixa etária dos primeiros anos de vida, o que sugere que pesquisadores possam debruçar-se sobre a temática construindo mais reflexões (MOURA e AMORIM, 2013). Somado a isso, acredito também na relevância da pesquisa, pois são muitos bebês, crianças e adolescentes que passam por essa vivência em ambiente institucional. Em nosso país é ainda a prática mais recorrente ao pensarmos em medidas de proteção à essa população quando tem seus direitos violados. Dessa forma, refletir sobre as práticas e as relações que ali acontecem é muito importante. Principalmente para que possamos pensar em maneiras de que esse abrigo seja de qualidade auxiliando no desenvolvimento dos bebês e crianças pequenas institucionalizados, bem como a compreender as implicações desse cuidado para os profissionais.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Revisitando aspectos históricos das práticas de acolhimento institucional

As práticas de acolhimento institucional com bebês, crianças e adolescentes são muito antigas, conforme Rizzini e Rizzini (2004) e Venancio (2010) e desde as últimas décadas tem sido alvo de estudo e investigação, visto que para compreendermos práticas atuais é necessário percorrê-las historicamente. Tais práticas ocorriam em decorrência de situação de abandono ou ainda, em situações nas quais a família de origem não consegue assumir o cuidado ou é impedida de realiza-lo, como ainda ocorre nos dias de hoje. Dessa forma, cabe aqui percorrermos de forma breve sobre a história do acolhimento institucional até a instauração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) onde as percepções acerca dos direitos das crianças e adolescentes mudou de forma radical.

No Brasil, durante os tempos, foram utilizadas diferentes estratégias para dar conta da realidade de abandono, existindo mecanismos institucionais, como as Rodas dos Expostos no século XVIII e XIX. Entretanto, tais práticas só existiram em algumas cidades, mais especificamente em centros urbanos importantes. Pode-se afirmar que na grande maioria das vilas e cidades pequenas a prática de proteção à infância abandonada mais utilizada foi a utilização de um sistema informal ou considerado privado. Ou seja, a incorporação doméstica era uma prática muito utilizada com os “enfeitados” ou “expostos”, termos utilizados para caracterizar o abandono na infância,

As expressões “exposto” ou “enfeitado” foram igualmente utilizadas, no Brasil colonial, para designar crianças abandonadas. (...) A primeira expressão era utilizada quando um recém-nascido era deixado nas ruas sem nenhum tipo de proteção, exposto a morte. Já a segunda era utilizada para representar um “abandono civilizado”, ou seja, quando uma mãe deixava seu recém-nascido em hospitais ou residências, aumentando as chances de sobrevivência da criança. Mesmo não sendo muito precisas as diferenças entre as expressões “exposto” e “enfeitado”, o fato é que ambas continuaram sendo usadas em nossa sociedade, até aproximadamente as quatro primeiras décadas do século XX. Neste século, as duas expressões já coexistem com o termo abandono. (VENANCIO, 2010, p. 126).

Foram quinze Rodas de Expostos no Brasil e todas funcionavam de forma precária, com altas taxas de mortalidade. Por não conseguirem oferecer apoio prolongado, muitas crianças quando se tornavam jovens acabavam nas ruas tornando-se infratores que mexiam com a ordem social. Nesse sentido, na realidade brasileira foram muitas famílias que acolheram os expostos deixados à porta, entretanto, além de se tornarem cristãos considerados modelo aos olhos da comunidade, havia o interesse em posteriormente contar com uma mão-de-obra gratuita. Além disso, o abandono nesse período tinha motivações diferentes conforme os pesquisadores, envolvendo pais que não tinham recursos, a impossibilidade física de cuidar, bem como os amores proibidos e pecaminosos. Dessa forma, nesse período do século

XVIII e XIX o abandono infantil foi amparado por instituições, como as Casas de Misericórdia ou as Casas de Roda, bem como apoio fornecido pela Câmara Municipal, e além destes, havia o mecanismo informal de incorporação à outras famílias. (VENANCIO, 2010).

Baptista (2003) expressa que na Europa somente iniciam-se questionamentos sobre as instituições que recebiam as crianças pobres e abandonadas, pois se percebia os altos índices de mortalidade. A preocupação dizia respeito ao valor mercantil que agora os bebês e crianças pequenas tinham, pois, a maioria morria antes mesmo de chegar próximo da idade de produzir. É somente com esse contexto, que a mãe passa ter uma função importante, uma tarefa socialmente valorizada

Foi apenas no século XX a partir da organização da assistência a infância através das ações do Estado que o atendimento aos agora denominados “abandonados” passaria a sofrer mudanças estruturais e significativas, “trata-se de um período de forte presença do Estado no planejamento e na implementação de políticas de atendimento ao menor” (RIZZINI e RIZZINI, 2004, p. 29).

Assim, esse período da história é marcado por uma cultura de institucionalização, que levava a criança pobre aos internatos, sendo categorizados enquanto órfãos, abandonados ou delinquentes. Tal cultura apontava como primeira medida o afastamento do meio familiar e do convívio com a comunidade, sendo considerado um marco nesse momento o Código de Menores em 1927. (RIZZINI e RIZZINI, 2004).

Por meio de parâmetros da Organização das Nações Unidas a partir da metade do século XX essa cultura passou a ser questionada o que culminou com o Estatuto da Criança de Adolescente (ECA) promulgado em 13 de julho de 1990 com a Lei 8.069. A partir desse contexto, passou a ser evidenciado o princípio a proteção integral à criança e ao adolescente. O que cabe apontar é que as motivações para as situações de acolhimento ainda permanecem muito semelhantes as anteriores: a pobreza e o abandono. O que leva muitas pessoas a crerem na incapacidade, bem como tomarem essas famílias sob uma perspectiva estigmatizante, o que justifica a existência de instituições de acolhimento. Entretanto, se essas motivações ainda se mostram semelhantes há um entendimento de que pouco houveram intervenções no contexto social. (CINTRA, 2010).

Dessa forma, atualmente é o ECA (1990) que organiza, coordena e baliza as ações e cuidado referente a crianças e adolescentes, sendo que o acolhimento compõe o estatuto enquanto uma medida de proteção àqueles (bebês, crianças e adolescentes) que tiveram ameaçado ou violados seus direitos.

Atualmente, compreende-se que esse espaço deve ter um clima residencial, uma moradia digna, atendimento personalizado, bem como o caráter provisório, onde se busca primeiramente o retorno a família de origem e somente após, o encaminhamento para adoção. As mudanças advindas do ECA são relevantes no sentido de procurar superar uma postura assistencialista, ou seja, hoje se considera que as crianças separadas das famílias precisam muito mais que apenas os cuidados básicos como alimentação, higiene e saúde. Tão relevante quanto, são os cuidados afetivos, a convivência familiar e comunitária e o respeito a singularidade. (NOGUEIRA, 2011).

2.2 A importância dos primeiros anos de vida

Neste subitem será ressaltado os principais autores que evidenciam a importância dos primeiros anos de vida para que ocorra um desenvolvimento saudável dos sujeitos, especialmente aos pensarmos nas bases psíquicas. É a partir dessas constatações que se torna evidente a necessidade de pensar e refletir sobre o acolhimento nos primeiros anos de vida.

Bowlby (2006) expõe em seu livro intitulado “Cuidados maternos e saúde mental” os resultados da solicitação da Organização das Nações Unidas (ONU) para compreender as necessidades das crianças sem lar, especialmente devido a situação de guerra deste contexto. Assim, em seus estudos compreendeu os princípios básicos da saúde mental infantil e as formas de protegê-la, em relação a meios práticos. De maneira especial, a partir desse estudo que se evidenciou a necessidade de garantir o afeto e assistência para que as crianças se desenvolvam de modo sadio.

Ainda conforme o autor, a essencialidade da saúde mental é a relação calorosa e contínua do bebê e da criança pequena com a mãe ou alguém substituto que assuma esse cuidado de forma permanente, sendo que a privação da mãe pode ter efeitos perniciosos a saúde mental. A privação pode ser total ou parcial, sendo a primeira o foco de análise do autor, que pode ter efeitos no desenvolvimento da personalidade. A privação total se refere aos locais os quais a criança não dispõe de um cuidador em que confie, ao passo na que privação parcial existe alguma possibilidade de satisfação para a criança. Dessa forma, “A qualidade dos cuidados parentais que uma criança recebe em seus primeiros anos de vida é de importância vital para a sua saúde mental futura”. (BOWLBY, 2006, p. 3).

Já Dolto (1999), médica e psicanalista, em “Etapas decisivas da infância” demonstrou grande sensibilidade em relação ao sofrimento das crianças desde bebês, acreditando no devir das mesmas enquanto futuros cidadãos da sociedade. Considera como pedra angular a prevenção, portanto, revelando a importância em pensarmos sobre as práticas de cuidado e

educação desde a tenra idade. Assim como Bowlby (2006) que considera que o que acontece nos primeiros meses e anos de vida pode impactar na vida e saúde mental dos sujeitos de modo profundo. Entretanto, as consequências da privação podem ser reduzidas ou evitadas se no primeiro ano de vida existe a possibilidade de uma mãe substituta.

Há uma postura imprescindível frente a uma criança pequena, que seria dizer o que está lhe acontecendo e sobre o que estamos fazendo que lhe diz respeito, “a verdade é o trampolim que permite à criança avançar na vida (...) por isso a real importância em traduzir as suas vivências e experiências por palavras verdadeiras” (DOLTO, 1999, p. 52). Assim, em relação aos mistérios das palavras terem tanto efeito nos bebês e crianças pequenas, a autora responde que a criança não apreende o sentido exclusivamente na língua de seus pais,

(...) mas na língua daquelas que a amam e se interessam por ela, mesmo que sejam estrangeiros que pronunciam palavras que ela nunca ouviu. Também é misterioso para mim. Mas tudo se passa como se houvesse uma compreensão direta, se é que posso dizer, daquilo que queremos comunicar a criança, desde que esta sinta o respeito e a consideração que lhe temos, falando-lhe como a um igual. (...) antes mesmo de apreender a gramática da língua, creio que percebe a comunicação inconsciente que lhe é feita. (DOLTO, 1999, p. 119).

Nesse sentido, Brazelton e Greenspan (2002) fazem uma crítica, visto que há o reconhecimento frente a necessidade de relacionamentos consistentes e sustentadores enquanto necessidade para bebês e crianças pequenas, mas pouco tem se feito para colocar no cotidiano e nas práticas a relevância desse fato. Os autores levam em consideração os estudos antigos, mas também se embasam em estudos recentes sobre a aquisição das capacidades cognitivas e emocionais estarem ligadas diretamente a interações afetuosas e sustentadoras com bebês e crianças pequenas.

A partir das consequências da guerra, Bowlby (2006) indicou que é muito complicado separar a criança de sua mãe antes dos três anos de idade, pois ainda estariam sujeitas a danos psíquicos. Já a indicação de Dolto (1999) em relação ao modo como se deve cuidar dos recém-nascidos, expõe que o bebê precisa desde o nascimento do contato da mãe, perceber sua voz e seu cheiro e que essa o carregue com frequência até os cinco meses, mais ou menos. A criança deve ser cuidada e estar em segurança a todo momento, junto de alguém confiável, deve saber quem é a sua mãe e quem é a substituta, nesse sentido, o cuidado incessante é necessário, mas não é indispensável que seja sempre a mesma pessoa.

Entretanto, há casos em que a mãe não pôde se ocupar do cuidado, e assim uma criança, mais específico bebê e criança pequena, pode morrer com o abandono de uma mãe, segundo Dolto (1999). “Se não morre, é porque recebeu, antes, bastante afeto para sobreviver

a esse abandono. Mas ela necessita de que lhe falem dos acontecimentos que as separaram” (DOLTO, 1999, p. 138).

Brazelton e Greenspan (2002) consideram que as interações necessárias ocorrem nas instituições se houver uma atendente afetuosa e que tenha tempo para se dedicar a uma criança. A maior parte da vigília dos bebês deve ser em interação com seus cuidadores, que devem facilitar a exploração do mundo e sempre estando ao alcance de vista. Ainda, sobre o cuidado institucional, “o cuidado sustentador contínuo, com uma ou algumas auxiliares primárias constantes, deveria incluir interações diretas ou “facilitadas” por pelo menos dois terços do tempo disponível”. (BRAZELTON e GREENSPAN, 2002, p. 62). Tal constatação, passa a fazer sentido quando entendemos que precede o domínio de outras funções psíquicas do bebê, primeiramente o desenvolvimento da percepção afetiva e das trocas afetivas. (SPITZ, 1979).

Ainda referente a importância dos primeiros anos de vida, Spitz (1979) através de anos de pesquisa em ambientes institucionais expõe que o primeiro ano de vida se refere ao período de maior plasticidade no desenvolvimento do ser humano. Nesse processo, a frustração também tem um papel importante na aprendizagem, visto o prazer e o desprazer tem de forma semelhante importância no desenvolvimento saudável da psique e da personalidade. “O homem nasce com um mínimo de padrões de comportamento pré-formados e deve adquirir incontáveis habilidades no decorrer do seu primeiro ano de vida. Nunca mais na vida tanto será aprendido em tão pouco tempo”. (SPITZ, 1979, p. 81). Assim, ao citar a frustração o autor não se refere a punições ou castigos físicos, mas as ocorrências normais do dia a dia que envolvem a criação de uma criança, pois é a partir delas que no decorrer dos primeiros meses há a possibilidade de se despertar uma postura mais ativa nas relações com o mundo.

2.3 Acolhimento institucional de bebês e crianças pequenas

O acolhimento institucional de crianças e adolescentes é uma medida de proteção garantida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) e é considerada medida provisória e excepcional que acontece quando os direitos de crianças e adolescentes são violados. As crianças que estão em situação de acolhimento vivenciam uma situação de “espera” ou para retornar à sua família de origem ou aguardando pela adoção, no caso aquelas que já estão destituídas do poder familiar. Contudo, esse período que deveria ser provisório, às vezes torna-se longo e neste tempo “entre” é preciso que as instituições de acolhimento mantenham um cuidado integral e de qualidade, pois “ao perder o caráter temporário, a instituição passa a participar da construção da identidade, da autoestima e da aquisição de

competências cognitivas, psicológicas e sociais por parte deles”. (MOREÉ e SPERANCETTA, 2010, p. 520).

Contudo, Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007) realizaram uma discussão acerca do paradoxo que os abrigos significam, uma vez que, por um lado não se nega que os abrigos têm funcionado enquanto uma medida social que compõe a Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente que tem o intuito de assegurar às crianças a sua segurança, acolhimento, cuidados diários e moradia. Por outro lado, apontam que há pesquisas que comparam os abrigos com as instituições totais, principalmente quando estes desconsideram características peculiares de cada criança e quando não há possibilidades de decisões pessoais.

Tal padrão de cuidado infantil pode ser prejudicial ao desenvolvimento, o que traz o determinado embate entre risco e proteção, conforme Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007, p. 335-336) “é interessante destacar que o tom paradoxal que marca a relação entre proteção e risco, no cotidiano das instituições de abrigo, vem se constituindo em um convite a realização de pesquisas institucionais e acadêmicas em diferentes áreas do conhecimento”.

As instituições que acolhem crianças e adolescentes passaram por uma mudança quando sua nomeação deixa primeiramente de ser orfanato/internato, para a palavra abrigo, sendo hoje denominada instituição de acolhimento. A renomeação significa uma mudança de paradigma, onde tais locais não tem apenas uma proposta assistencialista, pois antes entendia-se que suprimindo apenas necessidades como alimentação e higiene bastaria. Entretanto, compreende-se hoje, que as crianças e adolescentes precisam ter respeitada e garantida a sua singularidade e que necessitam de afeto. (NOGUEIRA, 2011).

Moura e Amorim (2013) realizaram um levantamento sistemático de publicações que tinham como temática central os bebês e a situação de acolhimento. Como resultado, consideram que a produção de estudos da faixa etária do zero aos três anos sob contexto de acolhimento institucional é baixa, principalmente no Brasil. Referem ainda que o termo “bebê” não aparece inclusive em alguns documentos legais brasileiros que falam a respeito do acolhimento de crianças e adolescentes, ou seja, sugerindo que não existem especificidades nesta faixa etária nas situações de acolhimento.

Frente a isso, Baptista (2003) traz a discussão da construção da infância a partir de Ariès (1960) compreendendo que anteriormente tinha-se a ideia da criança como um “adulto pequeno”, sem especificidades. Em relação ao bebê e a criança pequena um fato é importante de ser ressaltado, até o século XIX não se tinha uma denominação para esses sujeitos. A palavra inglesa *baby* era utilizada para nomear crianças em idade escolar no século XVI e

XVII, utilizada somente no século XIX quando a língua francesa tomou a palavra para designar um bebê, e somente então, a criança pequena passou a ter uma denominação.

Destaca-se que a partir dos anos 2000, principalmente desde que houve a mudança de nomenclatura de abrigo para acolhimento institucional houveram variados estudos sobre tal temática. Contudo, direcionados para crianças maiores ou adolescentes, sendo importante ressaltar que ainda hoje se utiliza as duas nomenclaturas, abrigo e acolhimento institucional. Acerca da produção de pesquisas sobre bebês e abrigos no âmbito internacional há grande amplitude, já que em outros países existem programas diversificados, como “Foster Care” (acolhimento familiar) que representa uma estratégia muito utilizada em países como Estados Unidos (EUA) e Canadá. Já no Brasil a legislação aponta como uma forma de medida de proteção, porém, na prática pouco acontece. (MOURA e AMORIM, 2013).

Todavia, Nogueira (2011) explicita que o acolhimento institucional de bebês e crianças pequenas tem certamente suas particularidades e é preciso um olhar sensível para estas crianças que estão em um momento da vida totalmente dependentes e vulneráveis. Mesmo que breve, para os bebês e crianças pequenas representa a saída do lugar onde estavam e a chegada em um ambiente estranho e diferente, tanto pelo cheiro, quanto pela iluminação e tom de voz das pessoas. Sobretudo, esse tempo que o bebê e crianças pequenas passam no abrigo não é um tempo neutro ou indiferente para eles, é um período da sua história de vida que se dará neste ambiente. É nos primeiros anos de vida que o cérebro mais cresce e se desenvolve porque tem maior capacidade plástica, “ênfatizando o caráter decisivo da primeira infância para seu desenvolvimento neurológico e psíquico”. (NOGUEIRA, 2011, p. 35).

Pode-se afirmar especificamente que o período compreendido como primeira infância, segundo Papalia, Olds e Feldman (2009) é aquele que ocorre do nascimento (período neonatal) até os três anos de idade da criança, podendo até o primeiro ano ser denominada como bebê, sendo que entre o primeiro e segundo aniversários torna-se “criança pequena”. Porém, existem outros autores que tem outras demarcações.

Nesses primeiros anos de vida o cérebro cresce de maneira complexa, é quando ocorre o desenvolvimento das primeiras habilidades motoras e esse desenvolvimento é marcado de forma extremamente influente pelo ambiente e pelos adultos cuidadores ao seu redor. “Entre zero e três anos de idade constroem-se 90% das sinapses que serão utilizadas e reforçadas na vida diária, passando a fazer parte do circuito permanente do cérebro”. (ALENCAR, 2015, p. 15). Quanto a evoluções na área psicossocial é neste período que se desenvolve o apego pelas figuras que a cuidam; há também o desenvolvimento da autoconsciência e uma passagem

importante da extrema dependência para os primeiros passos da autonomia. (PAPALIA, OLDS e FELDMAN, 2009).

Segundo Eizirik, Kapczinski e Bassols (2001) dentro desses três anos existem necessidades diferentes, durante os primeiros meses de vida a principal tarefa dos adultos cuidadores está em reconhecer as necessidades do bebê e atendê-las, procurando comunicar-se de modo consistente e sensível. Anteriormente se entendia que o bebê era um ser passivo, mas hoje compreende-se que desde o nascimento o bebê consegue se comunicar de muitas maneiras, sendo que nesses primeiros meses o olhar desempenha um papel importante no fortalecimento do vínculo.

De um a três anos compreende-se que a criança pequena tem o papel de conhecer o mundo a sua volta, fortalecendo fronteiras para ter a noção de um “eu”, um processo de separação e individuação. Entretanto, a criança só consegue ter essa capacidade de explorar se está se sentindo segura, ou seja, essa exploração depende de terem próximo delas um abrigo e um colo. Nesse período está se falando de uma construção de autonomia, que consiste em tornar-se um ser individual, sendo que a locomoção, o controle do esfíncter, o desenvolvimento da linguagem e a capacidade de simbolizar correspondem a características dessa fase. (EIZIRIK, KAPCZINSKI e BASSOLS, 2001).

Assim, dando seguimento às discussões sobre acolhimento Molinas (2011) também enfatizou o paradoxo acerca da situação de acolhimento. Esta que deveria garantir proteção e cuidado pode, por vezes, oferecer riscos ao desenvolvimento, principalmente para os bebês, visto que relações íntimas, próximas e afetuosas são necessárias para a constituição psíquica, o que muitas vezes pode não acontecer nos abrigos. Tais relações podem ser consideradas negativas para os bebês quando aqueles que exercem o cuidado, privilegiam as tarefas e o grande grupo, e não os cuidados personalizados e individuais. Ao passo que, quando o abrigo não é considerado apenas moradia a configuração subjetiva do bebê pode ter registros positivos e saudáveis, conforme a autora.

Nogueira (2011) incita a pensar sobre o significado da palavra bebê que permeia também ambientes como os abrigos e afirmam que normalmente adjetivos que explicitam a ternura e amor são referidos. Contudo, quando se pensa em bebês em abrigos, algumas palavras surgem: “indignação, horror, pena, angústia. (...) Os bebês em abrigos nos colam face a face com a angústia primordial que nos funda: o horror ao abandono, a sensação catastrófica de perder a continuidade de ser, que o par perfeito mãe-bebê evoca e representa”. (NOGUEIRA, 2011, p. 9-10). A dependência completa do bebê pode gerar nos cuidadores

sentimentos intensos de fascínio, mas também de insuportabilidade dependendo das condições psíquicas e emocionais de cada cuidador e da sua história de vida.

Acerca dessa significação que o acolhimento institucional de bebês representa no imaginário conforme o que foi citado acima é importante trazer uma contextualização sobre questões históricas. Segundo Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007) historicamente a criação dos abrigos infantis na maioria das vezes está ligada a uma estratégia política para desviar o olhar da população dos maus tratos que ocorrem nas famílias e o abandono a crianças, ou seja, situações que atacam a dignidade humana e a ordem social. Ainda, Moré e Sperancetta (2010) colocam que historicamente os abrigos tinham como função apenas cuidados referentes à sobrevivência dos abrigados, como alimentação e higiene.

Contudo, atualmente existem outros entendimentos acerca das necessidades de cuidado dos bebês e crianças pequenas. Segundo Gabeira e Zornig (2013) é preciso que o cuidado com bebês e crianças pequenas seja perpassado por uma ética de cuidado expressa na relação do agente cuidador com o bebê. Tanto relacionando ao cuidado em abrigos quanto em creches. Duas funções, a continência e a sustentação são expressas enquanto eixos centrais, onde se considera “o lugar de reconhecimento subjetivo do bebê”. (GABEIRA e ZORNIG, 2013, p. 147).

Dessa forma, conforme Moura e Amorim (2013) é relevante a realização de estudos para compreender como se dá a construção das relações entre bebês institucionalizados e cuidadores, não para desqualificar tais relações que podem ter como consequência as patologias que já são evidenciadas em outros estudos. O intuito de realizar tais estudos seria: “para buscar responder ao que acontece e ao modo como as coisas acontecem”. (MOURA e AMORIM, 2013, p. 244).

Ainda, segundo Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007) a relevância da existência de pesquisa em contexto de acolhimento institucional de bebês se dá pelo fato de que a partir destas que nos é possibilitado pensar sobre formas de exercer um cuidado infantil. E que este cuidado possa ser “rico em possibilidades humanas” (CAVALCANTE, MAGALHÃES e PONTES 2007, p. 336).

2.4 A função dos cuidadores em ambiente de acolhimento institucional

No documento de *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*, CONANDA/CNAS (2009) demonstra-se que o uso da palavra cuidador ou educador serve para designar a mesma função, aquela pessoa que está no contato diário com a criança ou adolescente na instituição de acolhimento com foco no cuidar e educar. Moré e

Sperancetta (2010) chegaram à conclusão de que são variadas terminologias para denominar aqueles que têm como função o cuidado dos bebês, crianças e adolescentes que estão sob contexto institucional sendo elas: mãe social, educador, cuidador, monitor.

Entende-se como função dos educadores/cuidadores que eles tenham disponibilidade afetiva para se vincularem com as crianças e adolescentes para que se possa tentar construir um ambiente familiar. Mas, tendo a clareza do seu papel neste ambiente, ou seja, não desvalorizar a família de origem e competir com ela. Além disso, devido a extrema importância do papel deles é relevante que tenham conhecimentos sobre cuidados com crianças e adolescentes; sobre como esses se desenvolvem; sobre Estatuto da Criança e do Adolescente; sobre o Sistema de Justiça; sobre o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) e sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). (CONANDA/CNAS, 2009).

Assim, especificamente sobre o acolhimento de bebês e crianças pequenas, o ECA (1990) traz em seu Art. 92. § 7^o algumas especificidades para atuação dos educadores enfocando o atendimento às necessidades afetivas destes:

Quando se tratar de criança de 0 (zero) a 3 (três) anos em acolhimento institucional, dar-se-á especial atenção à atuação de educadores de referência estáveis e qualitativamente significativos, às rotinas específicas e ao atendimento das necessidades básicas, incluindo as de afeto como prioritárias.

Ainda, segundo o documento de Orientações do CONANDA/CNAS (2009) o tempo em que o bebê/criança/adolescente estiver institucionalizado é preciso facilitar a construção dos vínculos, enfocando especialmente o sentimento de segurança e afeto, que tem extrema relação com o desenvolvimento deles. “A postura dos educadores/cuidadores e das famílias acolhedoras e a qualidade da interação estabelecida com a criança e do adolescente representam importantes referenciais para seu desenvolvimento”. (CONANDA/CNAS, 2009, p. 47).

Moré e Sperancetta (2010) afirmam através da sua pesquisa que o trabalho dos profissionais cuidadores afeta diretamente no desenvolvimento das crianças e adolescentes e que os profissionais que trabalham como cuidadores/monitores/educadores parecem não ter a clareza da sua função nestes contextos. Portanto, é preciso pesquisar e explorar os papéis e relações neste local que é o abrigo já que existem incertezas quanto aos papéis e funções. Ainda apontam a importância da contínua atualização e capacitação destes profissionais, visto que é necessário refletir o cuidado implicado no bem-estar desta população, pois o abrigo

deve realmente ser medida de proteção e não mais um espaço em que as crianças e adolescentes terão seus direitos violados.

O abrigo representa para o bebê seu contexto de desenvolvimento durante o período em que estiver abrigado: “O abrigo como contexto de desenvolvimento envolve um campo de relações que abre espaço para trocas sociais e afetivas que são particularmente importantes para os bebês que são privados do cuidado parental”. (CAVALCANTE, MAGALHÃES e PONTES, 2007, p. 338). Dessa forma, o protagonista principal que apresentará ao bebê e a criança pequena esse ambiente e será agente ativo dessas trocas é o cuidador. Todavia, as crenças e valores dos educadores/cuidadores sobre o desenvolvimento infantil tem grande influência nas práticas exercidas e no seu comportamento o que diretamente afeta as interações com as crianças.

Nesse sentido, Magalhães, Costa e Cavalcante (2011) exploraram as percepções de educadoras de abrigo acerca das suas práticas de cuidado em um abrigo para crianças de 0 a 6 anos. A maioria das 102 educadoras entrevistadas considera que as necessidades de cuidado essenciais como sono, segurança, alimentação, higiene são supridas. Mas quanto aos estímulos intelectuais e questões afetivas a grande maioria expressa que no espaço do abrigo eles não acontecem. Além disso, elas afirmam com quase unanimidade que devido a aspectos da dinâmica da instituição elas conseguem executar enquanto função apenas os cuidados corpóreos e básicos e asseguram que seus cuidados não têm grande influência nos avanços e conquistas dos bebês e crianças pequenas. Para ilustrar com um percentual do número de entrevistadas apenas 32,34% acreditam que exercem influência sobre o despertar da criança para o meio ambiente.

Já Slud (2010) na sua pesquisa refletiu sobre as possibilidades de desejo e investimento das mães sociais nas crianças institucionalizadas fala a respeito do papel destas: “é a pessoa de referência que deve desempenhar a função materna com algumas crianças que não são suas, mas que, neste momento, se encontram sob sua responsabilidade”. (SLUD, 2010, p. 67). Assim, essa autora acredita que é necessário que a função materna seja assumida pelo cuidador.

Contudo, Molinas (2011) aponta que nem todas as mães-sociais conseguirão manter uma identificação com o imaginário do bebê quando o recebem para cuidá-lo.

Desse modo, é preciso destacar que mesmo que essas profissionais estejam aptas para cuidar da criança, isso não significa que todas irão exercer a função materna no relacionamento com os lactentes. Entretanto, quando a mãe social consegue “maternar” e gerar significações para o infante, através, por exemplo, do toque, do “manhês”, do estabelecimento de demandas por parte da criança, da significação da

ação motora no ato psicomotor, o bebê terá boas condições de se constituir psiquicamente. (MOLINAS, 2011, p. 19).

Gabeira e Zornig (2013) entretanto, pontuam que as profissionais que trabalham com bebês e criança pequenas, tanto nos abrigos quanto em creches devem ter claro que sua função “(...) é exatamente cuidar do bebê enquanto este não se encontra na presença materna, o que é naturalmente diferente do cuidado exercido pela mãe do bebê”. (GABEIRA e ZORNIG, 2013, p. 146).

Dessa forma, existem diferenças entre o cuidado exercido pela profissional e pela relação materna, visto que há diferenças essenciais como por exemplo, a motivação dessa relação e seus elementos implicados. Somado a isso, quando essa relação de cuidado profissional tenta se igualar a relação maternal é provável que a cuidadora crie mecanismos para evitar separações repetidas, o que pode leva-la a tornar-se rígida, mecânica e impessoal com os bebês e crianças pequenas. (GABEIRA e ZORNIG, 2013).

Como forma de nortear esse trabalho dos cuidadores em ambiente institucional Gabeira e Zornig (2013) falam da troca da emoção, pela observação das conquistas do bebê e de seu desenvolvimento. Tal posicionamento pode vir a favorecer o trabalho e a relação com o bebê evitando a criação dos mecanismos anteriormente citados e produzindo relações mais saudáveis.

A substituição da emoção pelo interesse no cuidado e no desenvolvimento do bebê serviria como um recurso para lidar com as experiências compartilhadas com os bebês. A implicação da agente cuidadora no desenvolvimento dos bebês é fundamental para a compreensão de que sua função faz diferença e produz resultados que podem ser observados no dia a dia com eles. A profissional, ao reconhecer a importância de seu trabalho, pode perceber que este produz resultados positivos para a vida dos bebês de quem ela cuida e sentir-se cada vez mais implicada em sua função. (GABEIRA e ZORNIG, 2013, p. 147).

Lima (2009) procurou compreender como as mães sociais atribuem significado ao cotidiano do abrigo e como a identidade profissional destas se construiu num dado contexto. Percebeu-se que é muito complicado fragmentar apenas a dimensão profissional, que esta escolha e a construção dessa identidade é perpassada pelos papéis sociais e por múltiplas determinações da sua história de vida. Além disso, não com o intuito de culpabilizar as mães sociais, mas compreendendo que estas estão dentro desta cultura de institucionalização a autora concluiu que diversas práticas destas profissionais são justificadas por concepções antigas que ainda estão fortemente arraigadas, mesmo com a existência do ECA (1990), como questões referentes a castigos e punições.

Nesse sentido, a pesquisa de Nogueira e Costa (2005) evidenciou um paradoxo com a população pesquisada, no caso, as mães sociais, já que neste contexto a função de mãe social

não parte de uma perspectiva de profissão, pois elas não recebem qualificação, treinamento próprios e capacitações. Entretanto, o cuidado exercido não foi percebido/visto como uma função materna, uma vez que elas não se colocam neste lugar e não privilegiam as interações afetiva. O que demonstra que compreender os limites dessa profissão é uma tarefa complexa.

Ainda sobre as práticas de cuidado em ambiente institucional exercidas pelas educadoras, Magalhães, Costa e Cavalcante (2011) expressam uma dicotomia entre o cuidar e o educar. As educadoras acreditam que seu trabalho praticamente não tem impacto no desenvolvimento da cognição e do campo afetivo da criança, o que por consequência compreende-se que há limitação nas atividades e interações no dia a dia do abrigo. Assim sendo, enfatizam fortemente a existência de capacitações das profissionais.

Todavia, o sentido de capacitações das profissionais que trabalham nos abrigos para Lima (2009) não é representado por um montante de conhecimentos, mas sim espaços para reflexões sobre as práticas e sobre os sentimentos que são suscitados através do trabalho neste contexto. Pois, nesta pesquisa ficou evidente que tanto as mães sociais, quanto os profissionais da equipe técnica da instituição veem que essa profissão é aprendida de forma natural. O que implica na distância entre aquilo que os documentos sobre acolhimento institucional indicam como necessidades àqueles que trabalharão como cuidadores, por exemplo, conhecimentos básicos acerca do desenvolvimento infanto-juvenil e do ECA.

Referente ao processo de educar, Nogueira (2011) diz que esse precisa ser visto para além do ato educativo quando pensamos em bebês e crianças pequenas. Os atos de cuidado, educação e humanização dão possibilidade de que estes possam se integrar em uma cultura:

No caso dos bebês e crianças pequenas acolhidas em instituições, é o educador que se ocupará dessa primeira educação, na qual entrarão em jogo as funções materna e paterna e os momentos de alienação e separação. Trata-se de uma educação que não pretende ensinar algo em particular, que não tem nada de escolar, mas que supõe o sujeito na sua posição e o inscreve em uma cultura. (NOGUEIRA, 2011, p. 98).

2.5 A Relação do cuidador com os bebês e crianças pequenas

Refletindo acerca da possibilidade de interação dos bebês Zornig (2010) aponta que os estudos atuais afirmam que eles são parceiros ativos nas interações com outras pessoas e conseguem se engajar em trocas afetivas e interações emocionais significativas. Desta forma, se assinala uma questão que para que o potencial do bebê desperte é preciso que o ambiente tenha características como a afetividade e a sensibilidade frente as demandas dele. Além disso, expressa que o cuidado nos primeiros anos de vida deve ser norteado por duas funções: a possibilidade de que um adulto possa conter as angustias do bebê ao pensar por ele e que este adulto tenha capacidade de amparar física e psicologicamente o bebê.

Nesse sentido, Winnicott (1982) realizou estudos apontando a relevância dos primeiros anos de vida. Afirma que nós nascemos para nos desenvolver e que o processo evolutivo emocional do bebê e da criança pequena depende da interação e do ambiente, que sustentados por um adulto podem ser considerados ambientes favoráveis ou desfavoráveis para que o desenvolvimento emocional saudável ocorra.

Conforme Nogueira (2011) o bebê diferentemente dos animais, tem carência de instintos e não compreende quais objetos precisa usar para lhe dar satisfação e amparar seu desconforto, aos poucos adquire essa compreensão. Enquanto isso é preciso que um adulto cuidador esteja disponível para interpretar e significar o que está se passando com seu corpo. E tal disponibilidade está estritamente marcada com a questão do falar, pois a aquisição da linguagem posteriormente é consequência deste encontro entre cuidador e bebê, “para que possa falar um dia sobre si, o bebê terá primeiro que ser falado por um outro”. (NOGUEIRA 2011, p. 71). Dessa forma, quando pensamos sobre o final deste período aos 3 anos é esperado que a criança já consiga se expressar verbalmente com ainda tropeços e erros, mas a fala só acontece quando antes um cuidador possa ter falado por ele. Pode-se afirmar também que o aprender a falar não é consequência de um desenvolvimento inato que ocorre com a passagem do tempo, mas ocorre pelas operações que se estabelecem a partir do laço com o outro. (NOGUEIRA, 2011).

Na pesquisa de Zornig (2010) que procurou pensar sobre os aspectos do cuidado em ambiente institucional com bebês de 6 a 18 meses, percebeu-se que as educadoras não consideravam que os bebês pudessem estar em sofrimento e que o choro poderia ser uma forma de comunicação e não apenas “birra”. Somado a isso, as educadoras demonstraram não ter dimensão da relevância da sua presença na vida emocional dos bebês, ou mais especificamente da sua importância na vida deles.

No começo da vida é necessário que as manifestações do corpo sejam interpretadas pelo adulto cuidador e que possa se amparar nesta pessoa que tenha uma presença afetiva. O cuidador principalmente de bebês e crianças pequenas, tem em si ativado a história infantil própria, o que por um lado pode facilitar a identificação possibilitando que as necessidades do bebê sejam ouvidas. Por outro lado, pode gerar um distanciamento afetivo o que ela acredita que acontecia com as educadoras que foram pesquisadas. (ZORNIG, 2010).

Já a pesquisa de Nogueira e Costa (2005) em ambiente de acolhimento institucional buscou focar a relação da mãe-social com as crianças institucionalizadas. Evidenciou que a alta rotatividade, a necessidade de cumprir horários e o alto número de crianças para apenas uma mãe social impossibilita trocas afetivas, brincadeiras e diálogos. Enquanto que Nogueira

(2011) aponta que as brincadeiras construídas entre o adulto cuidador e os bebês são de suma importância especialmente para sua constituição psíquica e da diferenciação entre o “eu” e “não eu”, pois tais funções não se estabelecem a priori, mas na relação da criança com o adulto cuidador que exerce a função materna.

Assim, evidencia-se a relevância de conversar com o bebê, realizando a antecipação, atribuindo-lhes características e vendo naquele bebê uma série de questões que ainda não estão ali, o que acontece quando os cuidadores conseguem se identificar com o bebê. Isso permite que o bebê possa ter uma imagem unificadora de si mesmo. As brincadeiras e jogos constituintes ocupam um papel importante e fazem parte da relação mãe-bebê e são ações do cotidiano nos abrigos e creches também. Quando não aparecem podem indicar que o estabelecimento do laço entre o adulto e o bebê está passando por problemas. Tais brincadeiras podem ser realizadas nas próprias atividades do dia a dia enriquecendo a relação do cuidador com o bebê e as crianças pequenas, dando qualidade a essa relação. E investindo em momentos do cotidiano, por exemplo, em momentos em que a cuidadora está alimentando, dando banho ou trocando as fraldas dos bebês. (NOGUEIRA, 2011).

Dessa forma, Golin (2010) afirma que são necessários estudos que compreendam as relações e vínculos dos bebês abrigados com aquelas que tem a tarefa de cuidá-los, pois a literatura aponta que quando há falta de investimento, de cuidados afetivos e estáveis, essa população torna-se uma população de risco. O afastamento/separação da figura materna traz enquanto demanda das crianças a fundamental presença de um adulto cuidador capaz de realizar cuidados afetivos e a formação de vínculos. A pesquisa da autora assinalou que as os bebês e crianças pequenas solicitam contato e interação de forma muito ativa, mas que a rotina do abrigo impossibilita que relações mais saudáveis sejam estabelecidas, evidenciando que os bebês não eram atendidos nas suas demandas. Apontou-se que se forem reformuladas questões referentes organização do abrigo serão possíveis interações de maior qualidade. Ainda, os cuidadores demonstraram que precisariam de espaços para falar sobre suas dores, fantasias e desamparos que são ativados no contato com estes bebês e crianças pequenas.

Já Slud (2010) fez a diferenciação entre o trabalho das babás e das cuidadoras/mães sociais. O trabalho das primeiras (babás) diz respeito a maternagem que é universal, enquanto que as segundas assumem o cuidado em tempo integral dos bebês abrigados e, portanto, é preciso que desempenhem a função materna que é fundamental para a constituição dos sujeitos. Nogueira (2011) afirma que Lacan ao trazer a ideia de função materna descola da ideia da mãe e se foca naquelas operações necessárias a constituição da subjetividade, ou seja, que outros cuidadores podem efetuar essas operações necessária, a função materna, bem como

a função paterna. No entanto, para que a função materna exista ela não pode ser anônima tendo que existir o desejo e investimento singular ao bebê.

No contexto de pesquisa de Slud (2010) as mães sociais, apesar das dificuldades no cotidiano e das diferentes histórias de vida, conseguem investir desejo e apostar nos sujeitos que ali se encontram em constituição. Através da psicanálise entende-se que o bebê vem ao mundo em uma condição de extrema dependência não apenas no sentido biológico e que para a subjetivação dele é necessário alguém que deseje essa função.

Corroborando com tal ideia, Theisen (2014) afirma que a criança precisa sentir que na vida daquela pessoa que a cuida, ela ocupa um lugar singular. A função materna para a constituição psíquica é fundamental, é aquela que preenche aquilo que o bebê precisa, atribuindo significado as demandas. Ainda ela aponta que a função paterna também auxilia que o bebê possa se constituir psiquicamente.

Borges (2009) afirma que o exercício da função materna é a condição para que o corpo biológico do bebê seja humanizado, apontando, contudo, diferenças entre a função materna e a maternagem. “Por maternagem ser diferente de função materna, não estamos lidando com algo que possa ser prescritivo (...) A função materna foge completamente das vias conscientes de exercício; a maternagem, por outro lado, passa justamente por essa via”. (BORGES, 2009, p. 458). As inscrições psíquicas necessárias do bebê se dão em função do contato com este que antecipa e atribui sentidos, assim a educação tem total relação com isso, pois só acontecerá se alguém se inscreveu nessa função e assim, ordena para o bebê ritmos, movimentos que passam a ter significado. Ainda a importância do aspecto psíquico segundo a autora se dá pelo fato de que todos os outros aspectos: emocionais, sociais, neurológicos e psicomotores se desenvolvem a partir da organização do primeiro.

Nogueira (2011) menciona que é preciso que o cuidador perceba o bebê e as crianças pequenas com suas particularidades, diferenças e preferências, o que dará a possibilidade de que exista uma rede de significados com sentidos próprios e singulares na relação com cada bebê. As experiências primordiais se revelam no corpo do bebê e é por meio do corpo que ele se reconhece e que passa a conhecer e aceitar os limites do seu corpo, sendo que isso só acontece se um adulto cuidador conseguir compreender e atender as sutilezas nos diversos momentos do dia a dia. Como por exemplo, perceber nas questões da rotina como banho e alimentação, o tempo de cada um, o tempo das refeições, temperatura da água, quantidade de comida, detalhes “importantes na perspectiva da individualização dos cuidados em um espaço coletivo” (NOGUEIRA, 2011, p. 41).

Nesta perspectiva, Golin (2010) investigou as demandas psicológicas de três bebês em uma instituição de acolhimento e apontaram que uma das maiores questões é a alta rotatividade das cuidadoras, que se expressa na relação com as crianças como instabilidade, pois pouco se conhece daquela criança. Apontou-se também neste estudo poucas possibilidades de contato para além das necessidades básicas, como brincadeiras e interações afetivas. Para oportunizar um modelo diferente de apego é preciso que as relações sejam contínuas e previsíveis, o que as autoras chamam de “interações privilegiadas”. De encontro a isso, Nogueira (2011) assinala que as rotinas dentro do acolhimento institucional com bebês e crianças mais pequenas promovem experiências de continuidade essenciais nos primeiros anos de vida. Assim, nos revezamentos dos turnos é importante que as cuidadoras partilhem certa unanimidade quanto aos aspectos do dia-a-dia dos bebês.

Golin (2010) marca a importância de que haja sustentação deste trabalho das cuidadoras pelo olhar da instituição, como amparo psicológico a elas que pode oportunizar um envolvimento saudável e alterar futuramente a constatação de que o ambiente de acolhimento institucional é falho ao se pensar nas interações de qualidade com os bebês. Corroborando com esta ideia, Nogueira (2011) menciona que o cuidado com o ambiente, pensando tanto nas características físicas e quanto o cuidado com os cuidadores que receberão o bebê ou a criança pequena é extremamente relevante. Já que serão eles que estarão em contato direto e próximo, estimulando e sendo testemunhas das conquistas destas crianças,

Trata-se de um terreno delicado para os profissionais cuidadores de bebês, pois as linhas que traçam os limites entre a técnica profissional e o envolvimento pessoal nem sempre são claras. (...) Ao mesmo tempo que tem uma função estruturante para o bebê, são profissionais que precisam encontrar um equilíbrio entre a técnica, a informação e a intuição, a espontaneidade das ações e dos gestos. (NOGUEIRA, 2011, p. 44-45).

Gabeira e Zornig (2013) afirmam que a qualidade da relação que acontece nas instituições entre o adulto que cuida e os bebês e crianças pequenas deve ser alcançada com o intuito de manter a singularidade de cada um. Ainda deve ser levado em conta uma ética do cuidado; visto que o modo como essa relação se estabelece pode ou não favorecer o começo da vida psíquica. A ética de cuidado citada por elas é referente ao favorecimento de experiências que permitam que o bebê tenha sensação de continuidade do ser.

3 METODOLOGIA

3.1 Delineamento

A pesquisa que foi realizada a partir de uma perspectiva qualitativa, pois segundo Gibbs (2009) esse tipo de pesquisa de modo geral pretende ter acesso às interações e experiências, procurando conhecer o modo como as pessoas constroem o mundo e vivem nele, bem como o modo como as relações se estabelecem em determinados contextos. Sendo o foco conhecer a relação do cuidador com os bebês e crianças pequenas, assim como as representações sobre o seu trabalho e as compreensões do seu papel, acreditou-se que a pesquisa qualitativa corresponderia às necessidades da pesquisa. A escolha dos métodos dentro da pesquisa qualitativa deve estar adequada ao que se pretende, ou seja, encontrar meios possíveis de alcançar os objetivos estabelecidos.

Assim, tais aspectos vão de encontro ao que se pretendia com essa pesquisa, acerca dos objetivos almejados, conhecer uma dada realidade e o modo como as relações neste contexto acontecem. Frente ao meu objetivo geral de conhecer a relação do cuidador com o bebê e a criança pequena, bem como percepções do cuidador sobre o seu trabalho e representações sobre o seu papel a partir do cuidado estabelecido, acredito que a perspectiva qualitativa é condizente e me auxiliou à alcançá-los.

3.2 Sujeitos

A pesquisa teve como sujeitos os cuidadores de bebês e crianças pequenas que estão sob contexto institucional em um abrigo localizado no interior do Rio Grande do Sul, já que o objetivo geral é conhecer a relação do cuidador com os bebês e crianças pequenas, bem como conhecer as representações que as cuidadoras têm sobre o seu papel. A instituição de acolhimento acolhe crianças de zero a 12 anos e é composta por três casas-lar dentro da instituição. É uma instituição de caráter filantrópico, mantida a partir de convênios com prefeituras da região, assim como doações de pessoas físicas ou jurídicas. Além dos cuidadores, compõe o quadro de funcionários uma equipe técnica.

Contudo, pensando que o enfoque da pesquisa é a relação desse par cuidador-bebê ou cuidador-criança pequena, as crianças da faixa etária do zero aos três anos que estavam em situação de acolhimento institucional no momento da pesquisa também estiveram dentro da pesquisa. Tal participação se dá pelo fato de que além das entrevistas com os cuidadores utilizei da observação do contexto de acolhimento institucional.

Pode-se dizer que a amostragem dentro da pesquisa qualitativa normalmente é orientada com o intuito de encontrar pessoas que se encaixem no foco da pesquisa, sendo

assim, é uma amostragem intencional. Assim como se deu frente a essa pesquisa, a qual primeiramente se realizou um contato com a coordenadora da instituição de acolhimento, para que se pudesse chegar até os cuidadores da instituição. Nesse caso, pretendia entrevistar um número mínimo de quatro cuidadores. Entretanto, realizei um total de cinco entrevistas, tendo como requisito o contato, no trabalho diário, com crianças do zero aos três anos idade, já que a instituição de acolhimento que foi pesquisa tem outras faixas etárias de criança. Além disso, foram realizadas observações em três turnos nas tarefas diárias de cuidado com as crianças desta faixa etária.

3.3 Procedimentos

3.3.1 Entrevista semiestruturada

Para realização da pesquisa utilizei enquanto técnica as entrevistas semiestruturadas com os cuidadores dos bebês e crianças pequenas que estão cotidianamente em contato com estes. Segundo Bauer e Gaskell (2003) essa técnica é um meio potente para compreensão das relações em determinados contextos, visto que seu objetivo é conhecer detalhadamente os valores, atitudes, crenças e motivações dos sujeitos da pesquisa.

Entende-se ainda que é a partir desse instrumento que é o pesquisador tem a possibilidades conhecer o modo como as pessoas constroem sua vida cotidiana e o seu mundo vivencial. Corroborando para que compreendamos os papéis assumidos pelas cuidadoras, e dessa forma, aspectos dessa relação com aqueles os quais elas exercem o cuidado.

Dessa forma, realizei entrevistas individuais, pois se considerou que em qualquer turno escolhido haverá algum cuidador trabalhando com as crianças o que impossibilitou a entrevista grupal. Nas entrevistas, o meio de troca são as palavras, portanto é uma interação onde entrevistado e entrevistador estão envolvidos e comprometidos com a construção do conhecimento. As entrevistas, mesmo com questões já delimitadas, “são quase que um convite ao entrevistado para falar longamente, com suas próprias palavras e com tempo para refletir” (BAUER e GASKELL, 2003, p. 73).

As entrevistas realizadas por serem semiestruturada tiveram um roteiro, contudo não foram inflexíveis. Ocorreram na instituição de acolhimento, algumas inclusive na casa-lar, visto que as profissionais também trabalham em outros locais.

3.3.2 Observação

Sendo um dos objetivos específicos a observação da relação entre os cuidadores e os bebês e crianças pequenas utilizei enquanto procedimento a observação de momentos

cotidianos de cuidado, onde foram observados três turnos de trabalho. Segundo Benzten (2012) o procedimento da observação é fundamental basicamente porque quando observamos estamos aprendendo sobre a realidade apresentada. Ao pensarmos na observação que envolve crianças, nesse caso, de bebê e crianças pequenas é preciso ter claro quais são os objetivos dessa observação conforme o autor acima citado e no caso dessa pesquisa, se deu em função da compreensão dos aspectos da relação de adultos cuidadores com bebês e crianças pequenas.

Dessa forma, a observação ocorreu em ambiente de acolhimento institucional, ou seja, devido a aplicação da medida de proteção pela questão de violação ou ameaça das garantias de direitos dos bebês e crianças pequenas. Devido aos objetivos e enfoque da pesquisa a observação se deu no ambiente em que estão acolhidas as crianças de zero a três anos. No momento da pesquisa havia cerca de 15 bebês e crianças pequenas dentro dessa faixa etária em situação de acolhimento. Os cuidadores, assim denominados pela instituição trabalham em duplas correspondentes a três turnos de trabalho, manhã, tarde e noite. Em cada turno há tarefas específicas a serem cumpridas que envolvem também a organização da casa.

3.4 Coleta dos dados

Para a coleta de dados conforme anteriormente explicitado utilizei dois procedimentos, as entrevistas semiestruturada e a observação. Dessa forma, pensando na operacionalização destes, após a autorização da instituição e do parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa, realizei a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) apenas para os profissionais da instituição que estão em contato direto e responsáveis pelas crianças do zero aos três anos.

Depois disso, combinei com as profissionais que se disponibilizaram um horário para entrevista-las, a partir de um roteiro (anexo A), nesse momento as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. Após as entrevistas, realizei três turnos de observação dentro do ambiente da instituição, no intuito de observar aspectos do cotidiano de cuidado dos profissionais em relação aos bebês e crianças e pequenas.

Os turnos de observação foram guiados a partir de um protocolo de observação (anexo B) em relação à aspectos da relação e do cuidado que serviu mais enquanto um parâmetro para orientar meu olhar durante a observação e construído através de Bentzen (2012). Entretanto, posso afirmar que frente a realidade de acolhimento institucional o procedimento de observação não foi possível em sua totalidade, frente as demandas para mim especialmente das crianças maiores do berçário.

3.5 Análise dos dados

Acerca da análise dos dados que foram coletados utilizei a Análise de Conteúdo de Bardin (1977) que consiste em uma técnica de análise de diferentes fontes de conteúdo que tem o intuito em compreender por meio de categorias de análise o que está sendo dito por trás dos discursos. Nesse sentido, é importante ressaltar que o material analisado partiu das entrevistas individuais que foram transcritas em sua totalidade e de aspectos da observação.

Tal perspectiva de análise indica que os textos obtidos pela coleta de dados, nesse caso a partir das transcrições completas das entrevistas devam ser categorizados objetivando que se possa conferir significação ao material. Essa técnica refere-se tanto ao estudo nos conteúdos manifestos, mas também das entrelinhas e das figuras de linguagem, nesse sentido, a semântica é um entendimento necessário, visto que se refere a pesquisa do sentido de um texto.

Assim, esse modo de analisar os dados é composto por algumas etapas que foram seguidas nessa pesquisa através de Bardin (1977) e da sistematização dessa forma de analisar os dados por Campos (2004). Primeiramente se parte da pré-análise, a qual é composta pela leitura flutuante dos materiais e preparação inicial destes, onde se realiza a formulação de hipóteses iniciais e possíveis indicadores de análise. Nesse momento foi empreendida a leitura de todo o material coletado de forma “despretensiosa”, onde procurou-se conhecer o significado geral do conteúdo das transcrições e se deixam livres as impressões. Essa leitura é o caminho para o segundo passo, contribui para encontrar mesmo que de forma inicial indícios e pistas que não estão dadas.

Depois dessa etapa, existe a fase de exploração do material em que se fez necessário realizar um agrupamento e codificação dos dados. É uma fase importante, pois é nesse momento que existem escolhas frente as unidades de análise. Levei em consideração, conforme indicação de Campos (2004) os objetivos norteadores da pesquisa, as teorias e os recursos mentais e intuitivos. Nesse sentido, o material coletado foi recortado em unidades de registro, ou seja, palavras, frases e parágrafos, reunindo-os tematicamente para que se pudesse formular as categorias de análise. As categorias de análise foram constituídas aos poucos, já que se indica que primeiramente se façam categorias iniciais, após as intermediárias, para que posteriormente se encontre as categorias finais. Ao final, a terceira etapa consistiu em analisar as categorias finais a partir do escopo teórico existente, onde o intuito é a produção de outras reflexões, dessa forma, foi o momento em que tais categorias foram analisadas.

Assim, Campos (2004) aponta as fronteiras desse método de analisar, onde por um lado está a linguística tradicional e do outro a interpretação das palavras em relação ao seu sentido. Na fala humana há a possibilidade de uma série de interpretações, e assim, o pesquisador deve levar em conta os conteúdos manifestos e também as entrelinhas, visto que na pesquisa qualitativa os dados são analisados pelos significados que o sujeito da pesquisa atribui ao que está sendo dito, o que foi levado em consideração nessa etapa da pesquisa,

Desta maneira, a análise de conteúdo não deve ser extremamente vinculada ao texto ou a técnica, num formalismo excessivo, que prejudique a criatividade e a capacidade intuitiva do pesquisador, por conseguinte, nem tão subjetiva, levando-se a impor as suas próprias idéias ou valores, no qual o texto passe a funcionar meramente como confirmador dessas. (CAMPOS, 2004, p. 613).

3.6 Procedimentos éticos

Primeiramente realizei um contato com a instituição de acolhimento localizada no interior do Rio Grande do Sul, já que a pesquisa foi realizada dentro deste contexto, bem como contou com a participação dos profissionais que neste local trabalham. Após uma conversa com a coordenadora da instituição a carta de aceite foi assinada e ficou também registrado do meu comprometimento em compartilhar com a equipe ao final do processo da pesquisa o material, tanto em uma apresentação verbal quanto em registro escrito.

Dando seguimento aos procedimentos éticos o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) através do cadastro na Plataforma Brasil e a pesquisa só se iniciou no campo quando o parecer do CEP se mostrou favorável a realização desta. Todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo C), ou seja, compreendendo de forma clara os objetivos da pesquisa, os possíveis desconfortos e além disso, sendo esclarecido as participantes quaisquer dúvidas em relação à pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As categorias de análise surgiram, como já foi mencionado, a partir das transcrições e agrupamentos de sentido nas falas das participantes do estudo, por meio da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977). A construção das categorias, portanto se deu *a posteriori*, entretanto, os objetivos do estudo configuraram-se enquanto norteadores.

Cabe ressaltar que o ato do cuidar não foi o foco em si do estudo, no sentido de avaliar sua qualidade. A pesquisa procurou compreender as representações que as cuidadoras têm a partir do exercício da sua função e as percepções sobre o seu papel nesse contexto. Entretanto, aspectos do cuidado surgiram em decorrência dessas percepções das cuidadoras sobre o seu fazer. Assim, a compreensão das falas e posterior discussão foram discutidas procurando compreender as representações que as cuidadoras tem sobre o seu papel e as percepções do seu cuidado com os bebês e crianças pequenas. As discussões são realizadas a partir de bases psicanalíticas, bem como a partir daqueles autores que expuseram a importância das primeiras relações nos primeiros anos de vida.

A primeira categoria destacada surge em decorrência das falas das entrevistadas no sentido de tentarem compreender seu papel. Além disso, as respostas das questões da entrevista trazem de forma latente a necessidade de construir uma identidade frente ao seu trabalho, que parece a todo momento buscar referências no papel de mãe e depois afastam-se desse. Já a segunda categoria corresponde às percepções das cuidadoras em relação às necessidades frente ao trabalho com bebês e crianças pequenas e há uma discussão no sentido de compreender as questões que tornam esse trabalho mobilizador. A terceira categoria está implicada nesta segunda, visto que diz respeito às relações ali existentes que são marcadas por rupturas e despedidas e nesse sentido, a mobilização afetiva e emocional das entrevistadas a partir desse contexto. A quarta e última categoria traz implicações de todas acima e tem sua centralidade na questão do “tempo”. São discutidos a partir das falas das entrevistadas reflexões e implicações decorrentes da falta de tempo citada de forma contundente e que influencia na qualidade da relação estabelecida com o bebê e a criança pequena.

4.1 A procura da construção de uma identidade - quem sou eu no contexto de acolhimento institucional?

A categoria referente a construção de identidade dentro do ambiente de trabalho que se caracteriza pelo cuidado de bebês e crianças pequenas em medida de proteção, corresponde às narrativas das cuidadoras frente a relação estabelecida com esses pequenos sujeitos. Para compreensão dessa categoria destaca-se a condição de “ser mulher” e de “ser mãe” que diz

respeito as cinco entrevistadas e a frequente tentativa implícita em suas falas para a construção de uma identidade dentro desse contexto, que serão expressas por meio de algumas falas:

Cuidadora 2: (...) porque no momento em que eles estão aqui, é complicado. A gente já se emociona nesse momento. Que nem, uma criança tirada do hospital e vindo pra cá. Recém-nascido, imagina. A mãe não teve nem contato e chegar aqui... A gente se apega com eles. É como se fosse os nossos filhos entre aspas. A gente é como uma mãe aqui pra eles. Eles tão sozinhos aqui com a gente.

Cuidadora 2: O papel... que eu posso dizer... É uma pessoa que protege que acolhe que quer o bem estar dele. E não mãe né, mais cuidadora mesmo, um cuidado especial pra eles, é a nossa função.

Cuidadora 1: É diferente, mas tu busca chegar perto no que tu dá pros teus em casa, mas tu sabe que não são teus, né, não são teus filhos, tu não tá criando pra ti, aliás, nem teus filhos tu cria pra ti, tu cria pro mundo, não dá pra dizer então... E... Mas não é fácil também. (risos) Não é fácil (...)

As falas sugerem que no contexto de acolhimento institucional com bebês e crianças pequenas há uma dificuldade e, portanto, tentativas das cuidadoras em reconhecerem seu papel. Acerca dessa dificuldade evidenciada, se pode fazer relação com o que Oliveira (2010) explicita sobre as situações em que os bebês e crianças pequenas estão em contato com um cuidador da creche. Pelo fato de crianças que frequentam creche possuírem referência familiar, os papéis ficam mais bem definidos, pois o cuidador da creche é visto como alguém importante em momento e local bem definido. O que não ocorre com o cuidador, que muitas vezes, é a única referência da criança em contextos de acolhimento. Assim, nas instituições de acolhimento os profissionais que ali desempenham o papel de cuidar, não tem essas margens tão claras e estabelecidas.

As cuidadoras expressam ambiguidades e diferentes compreensões sobre qual seriam suas funções nesse contexto. É perceptível que procuraram se distanciar da sua identidade enquanto mãe, mas por outro lado as percepções sobre seu papel e função parecem partir dessa própria identidade de “ser mãe”.

Acredito que para pensarmos a respeito da dificuldade em integrar essa identidade é preciso refletir através de Almeida (2007) que realizou uma pesquisa com mães que trabalhavam em diferentes profissões. Constatou-se que as mulheres tinham dificuldade em integrar o papel de mãe e de trabalhadora, visto que os diferentes papéis e posições exigiam uma alternância de identidade, característica que permeia o sujeito contemporâneo.

No caso das cuidadoras pesquisadas, acredito que se torna complexo uma identidade de cuidadora bem estabelecida, pois as tarefas e a sua profissão estão implicados nesses cuidados normalmente destinados a mãe, que acabam também sendo diferentes do cuidado em creches, devido ao caráter de abrigo (período contínuo nesse ambiente). Assim, é dada a essas

profissionais que atuam em instituições de acolhimentos uma tarefa complexa, pois precisam encontrar um equilíbrio entre o seu trabalho baseado na espontaneidade dos gestos e na intuição àquele desenvolvido a partir da informação e da técnica (NOGUEIRA, 2011).

Frente a essa tentativa de construção de identidade, as cuidadoras parecem partir das suas identidades enquanto “mães” e após, tentam afastar-se dela. Sobre essas percepções das mesmas que por vezes confundem o papel de mãe na atuação na instituição, Gabeira e Zornig (2013) apontam sobre a impossibilidade em equiparar a função materna àquela exercida pelo profissional no cuidado com os bebês e crianças pequenas. Primeiramente porque o cuidado ocupa lugares diferentes especialmente na organização psíquica, de uma mãe e de uma cuidadora. Diferenciação expressa também pelo eixo principal levado em conta no cuidado materno e no cuidado exercido por um profissional. “Na relação profissional, o cuidado é o eixo principal e o sentimento é decorrente deste cuidado, enquanto na relação materna, o sentimento é o eixo principal que motiva o cuidado com o bebê” (GABEIRA e ZORNIG, 2013, p. 146). Essa cuidadora consegue expressar em sua fala a percepção das diferenças entre o “ser mãe” e o “ser cuidadora” e procura afastar-se dessa identidade materna:

Cuidadora 1: A educação que tu dá pros teus filhos em casa querendo ou não é diferente. Teus filho tu consegue fazer tudo aquilo ali entendeu. Tu consegue dar o amor, tu já vem com a tua bagagem... Aqui não. (...) tu em casa tu tem isso com teus filho né, tu te senta, tu conversa, tu tem tempo, é o que tá faltando aqui pra eles, o amor, o carinho, a atenção.

Acerca da ideia de “bagagem” expressa por essa cuidadora, acredito que ela esteja se referindo aos investimentos emocionais e de uma rede complexa de desejos e fantasias inconscientes que falam da chegada de um bebê em uma família. Além dos planos conscientes e de um espaço subjetivo anterior que essa criança já ocupava no seio familiar. (ATEM, 2008).

Diferentemente do contexto de acolhimentos institucional, onde muitas vezes, as crianças chegam repentinamente e, com isso, não houve esse espaço que antecedia a chegada da criança. Entretanto, as cuidadoras falam a partir de experiências anteriores, no caso, a partir da sua identidade do “ser mãe”, mesmo que seja para depois distanciar desta e perceber que a relação entre ela e seus filhos é diferente da estabelecida com os bebês e crianças pequenas.

Nesse sentido, existem aspectos muito complicados sobre o difícil papel das cuidadoras nas instituições de acolhimentos, onde inclusive em alguns locais a nomenclatura dessa é de “mãe-social”. E assim, também nos cabe refletir às exigências que são realizadas as cuidadoras, pensando que é impossível cobrar destas uma relação igual àquela estabelecida

com seus filhos. Pois há uma aparente frustração da cuidadora quando não consegue equiparar o investimento dado aos filhos em comparação com aqueles que estabelece um cuidado cotidiano. Atem (2008, p. 92-93) reflete:

Será possível reproduzir no contexto do abrigo e dos cuidados coletivos essa complexa rede de afetos, motivações e fantasias que determinam psicologicamente a interação na díade mãe-criança? (...) A chegada de um bebê é precedida pela construção de um espaço no desejo desses pais. Já a mãe social recebe a criança de forma súbita e imprevisível e a cada criança que chega uma nova exigência afetivo-emocional lhe é feita.

Assim sendo, apesar das falas das cuidadoras comparando a relação estabelecida com os bebês e crianças pequenas institucionalizados com àquela estabelecida com seus filhos, percebo a partir dessas reflexões que tal integração torna-se incompatível. Contribuindo ainda com essa discussão Gabeira e Zornig (2013) colocam que as características da relação entre o agente cuidador e o bebê e a relação mãe-bebê diferem na essencialidade, sendo importante estar atento a essas diferenças. As origens, as motivações e os elementos que compõem essa relação são diferentes. Existem possíveis prejuízos e perigos para o bebê e a criança pequena, caso o cuidado seja direcionado por aspectos instintivos, despertando inquietude nos dois lados, tanto da criança, quanto do bebê/criança pequena. Caso o agente cuidador parta das exigências emocionais particulares, pode-se pressupor a impossibilidade de que ocorra da forma idealizada a partir desse contexto coletivo. Podendo despertar nas profissionais sentimento de culpa e frustração, que podem ser expressos com impaciência, por exemplo.

Frente a isso, é possível pensar nas exigências que são feitas a essas mulheres, nesse caso específico da casa-lar, que comporta a faixa etária do zero aos três anos, pois nesse ambiente o trabalho é realizado apenas por mulheres. Nas demais casas, existe a atuação de homens, mas nesse ambiente em específico não. A tarefa de cuidar de bebês e crianças pequenas está ligada a figura feminina historicamente conforme Almeida explicita (2007). A identidade de ser cuidadora no berçário está ligada a essas construções históricas também. Pois o fato da mulher possuir as condições biológicas para carregar um filho e gestá-lo, colocou a sua identidade as atribuições frente o desenvolvimento e a responsabilidade com as ações de cuidado.

Se partirmos do pressuposto de que é prejudicial ao bebê/criança pequena e ao cuidador que este último parta de suas próprias exigências emocionais e apenas por aspectos instintivos é preciso repensar sobre os processos de capacitação e de espaços de escuta nos ambientes de acolhimento institucional. Pois caso estejam realizando seu cuidado a partir dessa identidade materna exclusivamente há o risco de frustração e sentimentos negativos já que não conseguem cumprir com aquilo que consideram necessário. E através dessas

tentativas em construir uma identidade de cuidadora, percebe-se que neste contexto, inclusive pelas demandas, as mesmas não conseguem equiparar o cuidado materno com o cuidado dos bebês e crianças pequenas. E há um sentimento implícito de frustração, por não conseguirem realiza-lo. Porém, se entende que além da impossibilidade frente as demandas e rotinas, as motivações do cuidado são extremamente diferentes entre um agente materno e um agente cuidador. Sobre esses sentimentos, haverá uma discussão específica em outra categoria.

Dessa forma, a solicitação que essas mulheres tratem os bebês e crianças pequenas como se fossem seus filhos é uma atitude perversa. Possivelmente está presente no imaginário das mesmas essa exigência. E apesar de que esse pedido não seja explícito, talvez ao enfatizar o papel do afeto e do amor, não cobrando aspectos relevantes a função de cuidador, pode-se fazer com que elas se confundam frente aquilo que podem dar ou não. Não que o afeto ou amor não sejam importantes, pelo contrário. Porém, eles são secundários ao ato de cuidar. Isso significa reconhecer as diferenças entre uma relação profissional e uma relação maternal. Reconhecer também que “a mãe cuida porque ama; a profissional ama porque cuida” (ATEM, 2008, p. 98).

Entretanto, penso que o outro extremo, ou seja, impedir que utilizem seus conhecimentos acerca da maternagem, um processo que provavelmente foi construído a partir das próprias experiências também pareça ser perverso. A seguir, a fala da cuidadora remete novamente as tentativas de construir um a identidade clara enquanto trabalhadora, porém, a referência primeira parte do entendimento do que é ser mãe:

Cuidadora 3: Claro que eu sou uma cuidadora né, mas eu faço papel, eu não sei, acho que é papel de mãe, porque eu educo, eu do colo, eu alimento, eu do limite, né, a gente tem que dar tudo que nem uma mãe, eu pra mim eu vejo assim. Só que claro a gente não pode misturar porque a gente é cuidadora né, a gente não é mãe, não dá pra misturar também né. Tu não é mãe, mas tu faz o papel de mãe, eu faço tudo o que uma mãe faria, né.

Assim, a discussão de Baptista (2003) também contribui para pensar a partir de aspectos históricos o porquê a maternagem está tão intrinsecamente ligada a função de mãe, que é evidenciada nas falas das participantes da pesquisa. O valor dado ao cuidado do bebê e da criança pequena é construído através da percepção de que vale a pena investir nesse novo ser, tendo em vista especialmente a questão da produtividade. Com esse cenário, o papel da mãe se destaca tendo inclusive, um reconhecimento social elevado e o bebê passa a ter direito ao amor materno.

É partir desse momento que a maternagem passa a coincidir com a função da mãe, sendo praticamente impossível separá-los, onde também o amor natural pela cria passa a ser

instituído. As famílias “populares” tornaram-se insuficientes para cuidar dos filhos e com essa realidade se tem as instituições de cuidado como as creches e o acolhimento. Levando em conta a importância da mãe, há o surgimento da figura da educadora-mulher, justificada especialmente devido a esse papel natural atribuído a mulher de mãe-educadora. Assim, o autor faz uma discussão acerca dos lugares que o bebê ocupa no desejo das mulheres, visto que não é somente um pedaço de carne,

(...) o bebê, com seu corpo, dá vida ao objeto, poderá ser tomado por quem materna como objeto de seu fantasma, como objeto mais-de-gozar, mas que a captura como objeto por aquele que se ocupa do bebê é uma exceção, e apenas nesta situação a maternagem equivale à Função materna. Portanto, radicalmente oposta aos ideais iluministas, a psicanálise aponta para uma disjunção entre amar, cuidar e subjetivar. (BAPTISTA, 2003, p. 70).

Seguindo esse aspecto acerca da dificuldade de as cuidadoras formarem uma identidade neste contexto há algumas exigências que são feitas em relação ao trabalho. Visto que nos processos seletivos para esta função solicita-se apenas o “gostar” de trabalhar com crianças, sendo que após, elas não passam por um treinamento específico. É requisito disponibilidade de horários e ensino médio completo, enquanto exigências desejáveis experiências com crianças na saúde ou educação e carteira de motorista. O que isso parece indicar é que essas características para trabalhar com o cuidado são naturais. E é um dos aspectos que Badinter (1985) explorou em seu livro sobre o mito do amor materno. Sendo a partir do século XIX a mulher considerada uma mãe “naturalmente devotada” houve uma extensão de suas responsabilidades. Além da função da nutrição, a educação passou a compor o repertório das habilidades naturais de uma mulher.

4.2 Sobre a percepção das cuidadoras acerca dos “pré-requisitos” – formas de contato?

A dificuldade de construção de uma identidade de “cuidadora” nesse contexto de acolhimento institucional é evidente. Se as definições acerca dos papéis nesse contexto não estão claras, as cuidadoras parecem questionar-se sobre os limites do seu fazer e a partir de quais referências devem realizar o cuidado. Alguns questionamentos implícitos possíveis são: Até que ponto podem ir? Como dispensar um cuidado próximo, mas, entretanto, não ser mãe? De que modo ver uma criança que esteve tão próxima partindo e não se desestruturar? A partir de quais referências o cuidado acontece?

Enfim, é complexo o papel em que se encontram, existindo outro complicador para formar essa identidade profissional, que refere as necessidades ou “pré-requisitos”: o que eu preciso nesse contexto? Aspectos que já foram minimamente discutidos na categoria anterior, onde as questões das “habilidades naturais” da mulher foram levadas em consideração. Nessa

categoria, explorarei as falas das cuidadoras acerca dessa percepção sobre o que consideram relevante nesse contexto, o que implica nas formas de contato estabelecidas. Questão essa que decorre também da dificuldade em encontrar uma identidade de cuidador.

As cuidadoras falam acerca das representações daquilo que consideram necessário, evidenciando que muitas vezes conhecimento teórico e títulos não dão conta dessa realidade tão complexa,

Cuidadora 5: Acho que a pessoa tem que ter o dom, porque já passaram tantas pessoas aqui por dentro, do berçário, que tu pensa “bá aquela pessoa ali”... Pessoas que eram psicopedagoga, que faziam pedagogia, crianças, opa, pessoas que trabalharam em creche, mas aí aqui dentro tu vê que não tem o dom. Porque é totalmente diferente cuidar de uma creche para cá, é totalmente diferente, tem que ter algo da pessoa.

Frente a essa percepção da cuidadora, Melgaço (2006, p.179) traz a partir de uma proposta de trabalho com cuidadores de crianças de até três anos, sugerindo que existem competências primordiais específicas a essa profissão. “Ser capaz de estabelecer vínculos de qualidade com bebês, valorizar a continuidade dos laços, ser capaz de se reconhecer sinais de sofrimento no bebê, garantir uma interação de qualidade”. Ou seja, esses atributos estão dizendo de algumas características que parecem depender inclusive da organização psíquica dos sujeitos, da capacidade de reconhecerem as demandas e pedidos dos pequenos sujeitos. E é sobre isso que as cuidadoras entrevistadas parecem estar dizendo, referente a uma capacidade de estarem com bebês e crianças pequenas que parece não ser de uma forma total aprendida e não depender somente de aspectos teóricos. Sob a ótica da psicanálise, Molinas (2011) aponta que é a constituição psicológica da profissional que permite a construção de vínculos com esses pequenos sujeitos.

Acredito que um ponto relevante sobre a possibilidade de trabalhar em ambiente de acolhimentos institucional também esteja da necessidade de apoio e suporte aos cuidadores, tendo em vista que na realidade institucional as separações são frequentes. Na instituição de acolhimento pesquisada existem reuniões por casa-lar a cada três meses e também um espaço de escuta destinado aos cuidadores e equipe técnica, uma prática estabelecida há alguns anos. Entretanto, como muitas trabalham em outros locais, existe uma dificuldade em frequentar os encontros. Pensando na importância desse suporte, “holding” aos cuidadores, se evidencia que esses são lugares de extrema importância.

Da mesma forma como Winnicott (1982) falava da importância da sustentação, mais especificamente do *holding* para os bebês, Melgaço (2006) aponta que os cuidadores de creche e abrigos se mantem em suas funções caso encontrem esse *holding* para lidar com aquilo que tem reativado em si, referente à intensidade emocional que o contato com bebês e

crianças pequenas desperta. Entretanto, o afastamento e o contato mais mecânico podem se tornar uma possibilidade de mecanismos de defesa frente a esse contato mobilizador.

Acredito que a fala seguinte também aponte a dificuldade em “dar conta” daquilo que o contato com o bebê evoca. A Cuidadora 3 comenta acerca daquilo que ela considera necessário para trabalhar no berçário: “(...) tem que ter o dom, que nem o meu dom pra trabalhar lá nas casas não serve. Que nem tem muitas tias que tão lá que não vem pra cá, elas não vem de jeito nenhum trabalhar aqui”.

Nessa instituição a qual a cuidadora trabalha existe a divisão em casas-lar, onde a faixa etária é o aspecto levado em conta. Entretanto, todas as casas-lar são muito próximas e estão localizadas no mesmo terreno. É comum que primeiramente, antes de definir em qual casa o cuidador irá atuar, ele passe por todas as outras casas, sendo aquele que cobre as faltas e as férias dos demais. E após uma avaliação com a equipe técnica se define em qual casa o cuidador tem seu perfil mais adequado para atuar de modo contínuo. Todavia, eventualmente, as cuidadoras ainda circulam e cobrem alguma falta que não estava prevista. Nesse sentido, a cuidadora expôs que há diferenças no contexto com crianças mais velhas, e que algumas profissionais parecem ter medo de atuarem no berçário.

É por isso que essa categoria diz respeito as formas de contato estabelecidas na relação entre cuidadoras e bebês e crianças pequenas. Sobre a impossibilidade em trabalhar com bebê e crianças pequenas de algumas pessoas que foi referida por elas, Nogueira (2011) aponta que estar em contato com um bebê e acolhê-lo em ambiente institucional, significa deparar-se de forma extremamente radical com o nosso infantil recalcado. E a significação disso, está em se deparar com o medo do abandono, defrontando-se com o próprio desamparo, visto que o acolhimento institucional de um bebê remete a uma separação vivenciada no início da vida. “Dependendo de como foi a infância do educador que recebe o bebê e das referências de cuidado que ele teve, essa “memória” de desamparo pode causar medo e fragilização”. (NOGUEIRA, 2011, p. 20).

Penso que a possibilidade de suportar estar tão próximo do desamparo, diz, também, das histórias individuais das cuidadoras. A palavra “dom”, foi citada e sobre “algo que vem de dentro”, ou seja, na percepção delas não é algo que pode ser aprendido a partir de questões externas. Então, se está falando de conseguir suportar o desamparo e possivelmente das condições internas de cada uma, considerando as possibilidades de se identificar nesse ambiente, retratadas na fala a seguir:

Cuidadora 1: (...) acho que já tem que vir de dentro de ti, tu pode ter, as vezes tem curso de isso e aquilo e coisa e tu chegar aqui e tu não... opa, não é isso aí, entendeu, não é o que eu quero, não consigo e pode ter uma simples

peessoa que não tem chegar aqui e bateu, é o que eu quero, é o que é bom é o que eu gosto de fazer se assimila bem no que faz e tem outras que né?!

Dessa forma, penso que nos casos em que existe uma impossibilidade dos cuidadores se ampararem por um “holding”, existem formas de lidar com essas situações a partir da criação de mecanismos. Pois não existe a capacidade de suportar esse encontro com o desamparo. Assim, é preciso explorar as hipóteses acerca dos mecanismos, ou estratégias defensivas conforme Dejours e Abdoucheli (1993) explicitam, que são operações mentais utilizadas pelos trabalhadores para dar conta da realidade que faz sofrer. Porém antes, é necessário adentrar ainda de forma mais intensa naquilo que permeia o cotidiano das instituições de acolhimento: as rupturas e as despedidas e a relação com aspectos emocionais.

Penso também que frente as percepções delas, sobre um “dom” e sobre algumas cuidadoras não suportarem essa realidade, vai de encontro com algumas reflexões de Badinter (1985). A construção histórica e social acerca das características naturais das mulheres estarem com os bebês, mas que aponta para a impossibilidade de algumas frente a essas ações. Ou seja, contesta a ideia de “natureza feminina” e afirma sobre uma multiplicidade de experiências. Afirma que cada mulher é um caso particular, que algumas não conseguem estabelecer relações com bebês e que está presente no discurso social que há um determinismo natural frente a essas questões.

Portanto, pensar sobre esse processo de construção de uma identidade dentro do trabalho com bebês e crianças pequenas em contexto de acolhimento e daquilo que é considerado “necessário” para o trabalho, é uma tarefa complexa. Especialmente porque essa identidade acontece a partir das histórias individuais de cada uma - as quais não tenho acesso - que dizem respeito as expectativas, as possibilidades, ou seja, aspectos subjetivos. Porém, percebo que essa construção também é perpassada por uma dimensão maior. Esta se refere as construções históricas representada pela figura da mulher, quanto as suas atribuições naturais.

4.3 Rupturas, idas, vindas – como lidar com a realidade do acolhimento institucional?

As participantes da pesquisa evidenciaram em sua fala aspectos relacionado às questões emocionais, acerca do envolver-se ou não com os bebês e crianças pequenas, pois são elas que estão diariamente acompanhando as conquistas e avanços dos mesmos. Nesse sentido, cabem reflexões sobre possíveis implicações na saúde emocional das mesmas, frente as frequentes rupturas, despedidas e chegadas de novos bebês e crianças pequenas. Essa

categoria diz, portanto, de percepções das cuidadoras frente o desenvolvimento do seu trabalho especificamente em relação as separações vivenciadas no cotidiano do abrigo.

A fala a seguir traz as implicações de uma ruptura de um vínculo, a qual a profissional demonstra extrema mobilização dos seus sentimentos após a partida de uma criança. Tais sentimentos envolvem também os anos de convívio e o acompanhamento do crescimento dessas crianças:

Cuidadora 3: E hoje em dia, quando eu falo, olha eu já tenho que chorar (...) eu vi ele vindo pra cá com oito meses... Aí eu me emociono demais com ele. Ele veio pra cá com oito meses bem debilitado ficou três meses no hospital, quase morreu e quando ele tinha sete anos daí levaram ele pra porto alegre, ah foi muito triste, porque eu criei ele aqui comigo, né.

Acerca desses sentimentos intensos, Bowlby (1990) fala sobre a natureza do vínculo e sobre a representação desse processo de vinculação para a espécie humana. Segundo ele, a característica central da vinculação afetiva é a proximidade de duas pessoas, onde se constata que os vínculos afetivos estão intrinsecamente ligados a estados de afeto muito fortes. “Assim, muitas das mais intensas emoções humanas surgem durante a formação, manutenção, rompimento e renovação de vínculos emocionais” (BOWLBY, 1990, p. 65),

Deste modo, pode-se pensar que as falas das cuidadoras frente às separações remetem a processos de luto. Nesse sentido, Tinoco (2007) em sua dissertação, centraliza a questão do processo de luto dentro das instituições de acolhimento, tanto por parte das crianças, quanto por parte dos próprios cuidadores. O trabalho foi realizado com os cuidadores no sentido de prepará-los para as manifestações do processo de luto com crianças. Porém, se percebeu que o contexto histórico em que os cuidadores e todos nós estamos inseridos bane a expressão do sofrimento. Tem-se a expectativa de que as adversidades sejam enfrentadas, assim como há uma dificuldade em expressar o sofrimento, como se isso demonstrasse um sinal de fraqueza.

As implicações dessa realidade se dão também no contexto de acolhimento institucional, pois podem inibir ou dificultar que essas experiências sejam ressignificadas. Já que a adaptação frente a uma perda se configura em um longo processo, visto que até hoje, a cuidadora ainda manifesta sentimentos intensos frente a uma partida. No momento em que se procura olhar e expressar os sentimentos frente aos rompimentos significa conseqüentemente ter que falar de algo temido atualmente, a dor. São diferentes significações na experiência subjetiva dos sujeitos acerca dos diferentes momentos da vinculação, “a formação de um vínculo é descrita como “apaixonar-se”, a manutenção de um vínculo como “amar alguém”, e a perda como “sofrer por alguém”. (BOWLBY, 1990, p. 65).

Entende-se que a ameaça de perder um vínculo mobiliza imensamente o sujeito, gerando ansiedade frente a novas situações. Sobre isso, a fala da cuidadora a seguir fala da necessidade em ter que lidar com novos bebês e crianças pequenas que chegam, bem como lidar a sua partida:

É, no começo eu era assim, eu me abalava demais e assim no decorrer do tempo que eu tô aqui tu vai.. sabe.. procurando te defender um pouco mais contra o teu sentimento com outras coisas sabe, porque tu sabe que é isso que tem ser, que nem as vezes a criança vem e se depara com a história deles e tudo é uma sensação é um sentimento, e a criança vai.. é outro sentimento, tendeu? (CUIDADORA 1)

Assim, parece que a cuidadora nos diz do envolvimento emocional com as chegadas e partidas dos bebês e crianças pequenas, que por um tempo elas investiram e cuidaram. Frente a esse contexto de frequentes separações que é o abrigo, se tem a necessidade de que a profissional cuidadora possa reconhecer que a instituição de acolhimento é para ser um espaço de vivência para o bebê e a criança pequena, enquanto um lugar temporário. O que implica dizer que mais cedo ou mais tarde as crianças que lá estão voltarão para suas famílias de origem ou serão adotadas, deste modo,

Com a chegada de um novo bebê, a profissional se vê confrontada à necessidade de cuidar o melhor possível, o que implica um envolvimento afetivo com a criança. Mas ao mesmo tempo, a cada vez, a cuidadora revive o drama de saber que terá que se separar da criança e que sequer terá notícias dela após sua partida. (ATEM, 2008, p. 93).

Nesse sentido, a primeira categoria acerca das tentativas de construir uma identidade, parece, de certo modo, influenciar na maneira que essas separações acontecem, bem como nos sentimentos e emoções vivenciados pelas cuidadoras. Em outras falas, há a questão de que primeiramente o envolvimento afetivo mobilizava e dessa forma, houve a necessidade de criar mecanismos para se defender dessa realidade.

Entretanto, o questionamento de como estão fazendo isso, ou seja, como estão lidando com essa realidade de separações certamente depende da história de cada uma das cuidadoras. O que Tinoco (2007) nos traz parece contribuir para a discussão, afirmando que a angústia é presente em maior ou menor grau em todo ser humano. Porém, o trabalho com crianças abrigadas coloca em evidência e na concretude esses abandonos, pois a angústia interna vira uma angústia real e coloca face a face com os seus próprios sentimentos de abandono. Caso o cuidador não tenha espaço para falar disso, pode se paralisar frente a história da criança, visto que também haverá uma nova ruptura futuramente com esse bebê ou criança. O “paralisar-se” se transforma em distanciamento, portanto, espaços para falar sobre isso configuram-se para os cuidadores como estratégias fundamentais frente a isso.

A fala dessa cuidadora expõe essa realidade, no que refere a dificuldade em quebrar esse vínculo, e, portanto, ela coloca que no início se apegava, mas hoje diz que “não se apegar” pela dificuldade do que acontece após, no caso, a separação: “Isso é o início porque tu te apegas e depois tu vai compreender que tu tá aqui pra ajudar enquanto ela não tiver uma família (...) e realmente eu não me apego porque é muito ruim depois pra gente” (Cuidadora 4). O que novamente diz respeito a questão da identidade, onde parece que primeiramente o contato com os bebês e crianças pequenas, parte de um registro conhecido, possivelmente da experiência do ser mãe, e que após, a compreensão de procurar criar uma identidade do “ser cuidador” há uma tentativa em se distanciar dessa primeira.

Sobre essa tentativa de manter-se distante expressa pela Cuidadora 4, há uma relação com a dissertação de Moura (2012) onde se evidenciou que as cuidadoras procuravam “não se apegar”. Dessa forma, tinham a percepção de que se não se apegassem as crianças, que era expresso no ato de contatos físicos especialmente o pegar no colo, elas não sofreriam com as partidas e despedidas dos bebês e crianças pequenas tão recorrentes nesse contexto.

Além disso, ao pensarmos nessa distinção, de como era no começo e agora, acerca do “apegar-se” pode-se pensar em processos de luto não reconhecido, e que nos casos das cuidadoras entrevistadas pode estar sendo intensificado especialmente pela dificuldade de compreender seu papel e função. Conforme Tinoco (2007, p. 116) coloca, acerca do profissional em instituição de acolhimento:

Está sempre em contato com histórias difíceis e vivencia perdas no seu trabalho, pois pode se vincular à criança e, quando ela é desinstitucionalizada, perde este vínculo (...) Quando a criança retorna para o convívio dos pais biológicos, é adotada ou transferida para outro cuidado temporário, os cuidadores enfrentam um luto não reconhecido (...) Trata-se de um luto não reconhecido pelos próprios cuidadores e pela sociedade: a relação e a perda não são reconhecidas já que a relação não era teoricamente forte para gerar luto e a separação era esperada - e, portanto, as reações de luto “não deveriam” aparecer. A falta de espaço para a expressão de sentimentos e de suporte social para enfrentar as perdas neste contexto faz com que o profissional ligado aos cuidados temporários vivencie frequentemente situações de estresse emocional, podendo comprometer as outras relações na instituição e seu trabalho.

Desse modo, além de abordar os aspectos emocionais que compõe as separações, é possível pensar nas implicações emocionais decorrentes da falta de clareza e delimitação dos papéis. A fala da Cuidadora 1, diz das questões da identidade, onde é complexo o movimento de perceber o que se passa no ambiente do abrigo sem levar em conta seus próprios referenciais: “Tu fica bastante chocada assim com as histórias assim sabe, eu não vou dizer que não afeta, porque afeta então teu psicológico fica bem abalado, afeta bastante. (...) Porque tu como mãe, tu pensa bá gente, tu dá tudo pro teu filho, o que tu pode”. Nesse sentido, as implicações emocionais também estão intrinsicamente ligadas a identidade do “ser mãe”.

A questão da identidade de “ser cuidadora” está intimamente ligada as questões emocionais, e possivelmente a necessidade de criar um distanciamento desses bebês e crianças pequenas. Pois se não está claro a definição de papéis e dos cuidados que são temporários, a cuidadora pode se sentir impossibilitada em responder a todas demandas dos bebês e crianças pequenas, o que parece ser evidenciado na fala a seguir:

Cuidadora 1: (...)Parece que tu nunca fica com o trabalho bem feito sabe, tu não tá lidando com robô entendeu, são criança, são ser humano e eu acho bem complicado. Sinto bastante essas coisas de revolta, bá.. E eu gosto de sentar de brincar com eles eu gosto de fazer isso, aí me deito lá nos colchonetes deles e eles vem tudo pra cima da gente e eu gosto de brincar, eles esperam isso da gente né, principalmente ali no berçário que eu trabalho ali eles exigem isso de ti que eles tão toda hora te chamando. Querem atenção né? E tu não consegue dar. Ba... “que que tu quer né, fala”... mas não é aquilo de tu sentar tu não tem esse tempo sabe, mas seria bom se tivesse.

Nessa fala é perceptível o sentimento de fracasso frente as demandas e rotina impostas pela instituição, especialmente pela quantidade de crianças e tarefas a serem cumpridas e a percepção de não cumprirem com a questão de brincadeiras e interações. A respeito das implicações emocionais, percebo através dessa categoria que essas dizem respeito especialmente ao contexto de separações e frente a percepção de fracasso.

Assim, é importante pensar sobre como está a saúde emocional dessas cuidadoras, visto que conforme a tese de Careta (2011) que partiu de pressupostos winnicottianos as cuidadoras podem representar o ambiente humano podendo favorecer ou não o desenvolvimento daqueles que estão no abrigo. Nesse ponto, a saúde emocional das mesmas que reflete nas possibilidades desse contexto ou não. No abrigo, o ambiente é representado por essas profissionais e pelas relações que se estabelecem ali.

Nesse sentido, é que cabe pensar em não apenas em culpabilizar as cuidadoras, mas, entretanto, refletir sobre dois pontos. Primeiro deles é referente ao espaço local, ao micro, ou seja, compreender a partir de quais exigências que as cuidadoras estão sustentando esses sentimentos de fracasso, se dizem respeito a exigências particulares. E o outro ponto diz respeito ao contexto social, ao macro e dessa forma, pensar também sobre o espaço de relevância que as políticas de proteção à criança e ao adolescente ocupam no cenário brasileiro. Que refletem diretamente em cada instituição de acolhimento e em cada profissional atuante, no sentido de sobrecarga de trabalho.

Assim, compreende-se no quanto isso pode afetar o dia a dia das cuidadoras, pois quando sentimentos intensos de fracasso e de culpa atingem as profissionais é possível que defensivamente, elas reajam. As profissionais podem ter sentimentos hostis e agressivos frente as crianças com as quais não estão conseguindo suprir as demandas, que levam a necessidade de distanciar-se. “É contra esse tipo de fracasso que a cuidadora, muitas vezes,

elabora atitudes de distanciamento que a protegem de todo engajamento afetivo em relação a criança”. (ATEM, 2008, p. 94).

Com essas reflexões que se dá seguimento a discussão e resultados a partir da última categoria referente ao tempo trazidas de forma enfática pelas profissionais. E apesar de não ser um dos objetivos avaliar o cuidado estabelecido é importante ressaltar as implicações para o bebê e a criança pequena frente a isso.

4.4 Tempo e as implicações para os bebês e crianças pequenas

A categoria “tempo” expressa as percepções das cuidadoras acerca das impossibilidades nesse cotidiano de trabalho coletivo com bebês e crianças pequenas e certamente há reflexos acerca das representações das cuidadoras sobre o seu papel, o que torna possível pensar em algumas hipóteses. A falta de tempo gira em torno das responsabilidades com a rotina que precisa ser cumprida, diz respeito as ações de cuidados com os bebês e crianças pequenas, que envolve também a preparação dos alimentos e a organização da casa.

Nesse sentido, as falas sugerem certa frustração das cuidadoras por não conseguirem ampliar o cuidado, que fica centralizado apenas no cuidado com questões básicas de higiene e alimentação, por exemplo. Ou seja, a partir das suas percepções há um entendimento que estão falhando, pois reconhecem a importância de momentos de afeto, de interação, de brincadeiras só que, na prática não conseguem realizar.

Entretanto, conforme explicitiei anteriormente é muito complicado cair numa armadilha de apenas culpabilizar as cuidadoras por não estarem conseguindo cumprir as questões que dizem respeito aos momentos de interação e afeto. É preciso sim, levar em conta o contexto que as instituições de acolhimento estão inseridas. Entretanto, tal questão envolveria outra discussão que não corresponde aos objetivos dessa pesquisa. Assim, cabe aqui analisar as representações das cuidadoras frente a relação que se estabelece entre elas e os bebês e crianças pequenas e as percepções sobre o cuidado.

Deste modo, a Cuidadora 4 aponta uma possível divisão do cuidado, que parece ser referente às necessidades físicas dos bebês/crianças pequenas e por outro lado, às necessidades afetivas, que correspondem aos momentos de interação:

Cuidadora 4: (...) tu tem que cuidar da criança e aqui tá sendo bem mais o básico eu acho. Por causa da quantidade de não dar conta, de tu ter que dar uma atenção pra criança, tu troca, tu conversa. Eu acho que aquele momento tem que ter, tu trocar a criança, conversar, porque eu acho que as vezes, ãhm, muitas vezes a gente não tem tempo é tu trocar correndo só pra não deixar a criança...

A cuidadora explicita nessa divisão do cuidado que na sua percepção, apenas o cuidado referente às questões de rotina está sendo realizado. Nesse sentido, pode-se fazer uma relação com os resultados da pesquisa de Magalhães, Costa e Cavalcante (2011) realizada com cuidadores que trouxeram as percepções sobre o seu fazer e correspondente a essa ideia, das 102 cuidadoras, em torno de 90% delas acredita que as necessidades essenciais são satisfeitas pelo abrigo, como o cuidado com higiene, sono e alimentação, por exemplo. Entretanto, cerca de 70% delas, acreditam na impossibilidade de que a instituição de acolhimento corresponda a um ambiente que estimule as crianças sob o ponto de vista do desenvolvimento cognitivo, intelectual e afetivo.

Foi frequente nas entrevistas a menção sobre essas impossibilidades. Essa fala aponta a impossibilidade de momentos com maiores interações, e especialmente em relação ao afeto:

Cuidadora 5: (...) O foco aqui são as crianças só que tu não consegue dar a atenção que eles precisam sabe, tu realmente não consegue dar atenção tu não consegue ficar com eles, tu vê que tu trabalha aqui tipo um robô, tu trabalha aqui aquela rotina e tu não consegue dar um carinho, dar um afeto pra eles, tanto que eles ficam aqui na porta assim, parado ali olhando e te chamando. Isso que a voluntária tá aí, mas quando não, eles ficam te chamando querem carinho e aí tu não tem como e isso machuca bastante que eles já são umas crianças que tem o histórico complicado né, de rejeição, então eles precisam disso, eles necessitam de carinho, de afeto, de atenção né, de.. de atenção mesmo assim sabe, e aí tu não consegue dar.

Nesse sentido, chego nas considerações dos pesquisadores sobre o que é importante no cotidiano de um bebê e criança pequena. Conforme explicitarei, não no sentido de avaliar o cuidado. Porém, ressaltando as impossibilidades nesse contexto decorrentes da quantidade de crianças e a quantidade de funcionários, e as implicações que essa situação tem para os bebês e crianças pequenas. Gabeira e Zornig (2013) expuseram acerca do cotidiano do bebê, apontando que é necessário que componham praticamente a maior parte das experiências diárias do bebê os momentos de interação. Além de considerarem que é tarefa dos agentes de cuidado organizarem o ambiente de forma que facilite as experiências sociais e o reconhecimento de objetos tendo como foco o desenvolvimento do seu self.

As falas das cuidadoras implicam a noção de tempo, que referem a necessidade de dar conta das rotinas estabelecidas. Nesse sentido, Brazelton e Greenpan (2002) que falam sobre as necessidades essenciais das crianças acreditam que a maior parte do tempo que o bebê está acordado este deveria estar face a face com um adulto cuidador, o que pela menos essas facilitassem a exploração do espaço.

Assim, as observações realizadas na instituição mostram que a realidade institucional não permite todos esses momentos de interação. Normalmente, após realizarem tarefas como banho e alimentação, as crianças tanto os bebês, quanto aquelas que tem cerca de um ano,

assim como aquelas que tem dois anos, ficam em salas e as cuidadoras procuram atender primeiramente os chamados dos bebês e aquilo que está na rotina, respeitando os horários de banho, alimentação, por exemplo. Ainda é importante ressaltar referente à estimulação que objetos não são estimulantes em si, a companhia de um educador nesses momentos para criar e brincar é tão enriquecedora quanto necessária. (NOGUEIRA, 2011).

Ao falarmos disso, também estamos dizendo que, de certo modo, isso aponta que existe uma distância entre o entendimento de cuidado integral às necessidades da criança dentro dos contextos institucionais como estabelece o ECA (1990). Além deste, há o Documento de Orientações Técnicas para Serviços de crianças e Adolescentes (2009). A questão do cuidado referente apenas as necessidades físicas dos bebês e das crianças pequenas remete a questões históricas das práticas de acolhimento. Foi somente a partir do ECA (1990) que esse sistema de proteção passa da função de assistir, que remete muito mais a uma postura assistencialista de suprir necessidades físicas, à função do acolher, ou seja, cuidar. (NOGUEIRA, 2011).

Entretanto, é impossível ficar em uma postura e ação julgadora frente ao ato de cuidar das profissionais. Já que pensar sobre isso implica em ampliar essa questão para o macrossocial, e dessa forma entender o lugar que a proteção à criança e adolescente ocupa na realidade brasileira. Segundo Atem (2008) as reflexões acerca da qualidade do cuidado para com bebês e crianças pequenas traz à tona a necessidade de discutirmos o embate de forças entre as o papel do Estado, as políticas públicas frente não somente à proteção e cuidado das crianças, mas também àquelas de cuidado às famílias. Assim, torna-se perigoso não refletir sobre as práticas antigas e atuais, ou seja, compreendê-las historicamente.

Contudo, há outras leituras a serem feitas acerca das questões de falta de tempo trazidas por todas as entrevistadas, onde se enfatizou a quantidade de crianças e a necessidade de dar conta da rotina. Gabeira e Zornig (2013) conforme já discutimos, destacam a diferenciação entre o fundamento da relação materna e da relação do agente cuidador, apontando que a primeira ama então cuida, enquanto que a segunda, cuida e por isso ama, assim, “se a base da relação é o cuidado, então o cuidado deve ser interpretado pelos profissionais como o eixo principal da relação e posto acima de questões pessoais que possam prejudicar tal relação”. (GABEIRA e ZORNIG, 2013, p. 148).

Assim, ao que parece as cuidadoras parecem ter uma dificuldade em realizar o cuidado a partir das próprias exigências pessoais e emocionais. Considerando ainda as frequentes rupturas e separações repetidas, pois o contexto de acolhimento institucional fala de um período de espera. Enquanto a criança está ali, ou ela aguarda pela adoção, após ser destituída

do poder familiar ou ainda, no aguardo em relação ao resgate dos vínculos e da resolução das problemáticas da família de origem para que a criança retorne a esse contexto.

Fazendo essas constatações, da dificuldade em constituir uma identidade de “cuidadora” e das repetidas separações, tem-se em vista que uma das possibilidades é a tentativa de se defender das frequentes e dolorosas separações, assim como a ansiedade decorrente destas. Devido a isso, a cuidadora pode encontrar uma defesa na atitude profissional mais mecânica, rígida, impessoal, que siga apenas as rotinas pré-estabelecidas. (GABEIRA e ZORNIG, 2013). Nesse sentido, pode-se pensar que essa falta de tempo, também pode estar falando de uma necessidade de se manter distante. E assim, nos lembra de Dejours e Abdoucheli (1993) que afirmam que as estratégias defensivas utilizadas por um coletivo de trabalho configuram-se em operações mentais utilizadas pelos trabalhadores para dar conta de uma realidade que faz sofrer.

A relevância da hipótese acima é ressaltada a partir das percepções de uma mesma cuidadora, sobre o que é necessário fazer, sobre o que ela sabe que é necessário e sobre como a relação de cuidado realmente acontece,

Cuidadora 3: A gente contribui mais cuidando e principalmente dando colo, dando carinho, dando amor, os maiores dando limites, porque eles já têm que ter, eles têm que ter limite também aqui os grandes tão totalmente fora de limite. Justamente por falta de tempo nossa. Porque a gente tem muito pouco tempo pra eles né.

Cuidadora 3: É, a minha maior dificuldade é essa, não poder dar atenção o suficiente que nem no dia a dia hoje é muito pouco, se não tivesse os bebezinhos, a gente ficava com eles na sala, brincando, pintando, brincando de montar, eles adoram. Só que quando tem os bebês pra atender não tem como fica bem difícil.

Cuidadora 3: (...) eu não tenho como sentar lá com uma criança de três e falar, “agora a tia vai secar o cabelo, vai trocar” não tem como é muito corrido, porque já tem bebê chorando (riso) é bem ruim tu não consegue fazer tudo.

Novamente, as falas são permeadas por uma ambiguidade, em saber o que é importante para o bebê e a criança pequena. Porém, os arranjos institucionais e a quantidade de crianças, a princípio, não permitem essas interações com maior afeto, ou inclusive, o aspecto da narratividade se torna na perspectiva da cuidadora, impossível. Além disso, considera-se essa hipótese de um mecanismo de defesa das profissionais.

Frente a essa incapacidade e impossibilidade de uma relação mais próxima, Atem (2008) ao falar sobre a perspectiva dos bebês e crianças pequenas nas instituições afirma sobre os pressupostos *winnicotianos* que o bebê inicia sua construção subjetiva com a uma relação próxima, afetiva e íntima. A capacidade de interpretar o que a criança sente e falar sobre as suas experiências configura-se como um envelope, que sustenta física e psicologicamente o bebê. É assim, pensando nos contextos das instituições, afirma que é possível

manter esses marcadores simbólicos “a partir da relação da criança com adultos que lhe ofereçam uma ancoragem narrativa” (ATEM, 2008, p. 76).

Frente a percepção das cuidadoras da dificuldade de narrar o que acontece, assim como das impossibilidades frente aos momentos de afeto e interação existem outras reflexões a serem realizadas, que trazem implicações para o desenvolvimento desses pequenos sujeitos. Oliveira (2010) expressa que as necessidades biológicas da criança pequena certamente precisam ser atendidas para a sobrevivência. Entretanto, o bebê precisa se identificar por meio do olhar dos pais, dos educadores ou cuidadores, das palavras que falam do corpo da criança, pois essas são as marcas fundamentais para a sua constituição subjetiva. Da mesma forma como Bowlby (2006) enfatizou que em muitos casos as instituições ficam tão cegas procurando cumprir as rotinas que deslocam a necessidade vital de um bebê e de uma criança pequena, que é a construção de uma relação contínua e próxima.

Dessa forma, com essa categoria é preciso compreender o complexo que se apresenta nessa relação do cuidador com o bebê e a criança pequena expressa nas falas das pesquisadas. Existem frequentes rupturas e ambiguidades tanto frente a sua identidade dentro do ambiente de acolhimento institucional, que ora parte da questão do “ser mãe” e ora procura distanciar-se desta. Além dessa polaridade, existe outra frente ao cuidado e questão do tempo, pois se por um lado reconhecem a necessidade uma relação próxima, por outro têm dificuldade de que isso se concretize, devido à falta de tempo e quantidade de crianças.

Além dessa justificativa, a hipótese da necessidade de se manter distante diante desse panorama de rupturas também se faz presente. Através da ideia de estratégias defensivas para dar conta, inclusive, psiquicamente dessas quebras de vínculo e necessidade de investimento constante a cada novo ser que chega. Assim, conforme falamos no subitem anterior, que após tantas rupturas a tendência é que os sujeitos encontrem suas defesas, que por vezes podem ser negativas, e nesse sentido, prejudiciais especialmente para os bebês e crianças pequenas que estão dentro desse contexto.

Ainda sobre as implicações na relação decorrentes da falta de tempo evidenciada através das falas, há a questão da falta da narratividade dentro desse ambiente. O processo que nos dá a condição humana passa necessariamente pela palavra, que “tem o poder de causar, de criar ligações, de produzir alterações anátomo-funcionais e neuroquímicas” (MELGAÇO, 2006, p. 54). Assim, hoje em dia é inegável dizer que a separação da figura materna, ou ainda, o desinvestimento materno abrupto, de crianças ainda incapazes de compreender o que está acontecendo, podem produzir efeitos traumáticos, compreensão que se tem a partir de

diferentes estudos e entendimentos teóricos como os estudos de Bowlby (2006), Spitz (1979), Dolto (1999) colocam acerca da relevância de relações de qualidade no começo da vida.

Nesse sentido, novamente a cuidadora expos uma ambiguidade, assim como a fala anteriormente citada. A Cuidadora 5 revela compreender a importância de falar sobre a criança, sobre a sua história, sobre o que lhe está acontecendo nesse momento, mas por outro a justificativa do “não ter tempo” novamente aparece, assim como da falta de lembrar frente as demandas de rotina pré-estabelecidas,

Cuidadora 5: Eu acho até que a gente deveria conversar todos os dias, que aqui não é a casa deles, fixa, aqui é a casa de passagem que mais cedo ou mais tarde eles vão ganhar uma mamãe e um papai, sabe, vão ter, mas no momento a gente não consegue fazer isso. (...) e é difícil da gente conseguir lembrar de conversar com eles.

Dessa forma, entende-se que a questão “tempo” está intrinsicamente relacionada aos aspectos das relações afetivas e interações, assim como, da falta da ancoragem narrativa. Desse modo, ambas falam de aspectos importantes para a constituição subjetiva do bebê e da criança pequena. Sobre esse segundo Atem (2008) relembra que apesar da constatação da importância das primeiras relações para o desenvolvimento físico e psíquico, é relevante lembrar do potencial criativo do ser humano. Pois não necessariamente um evento torna-se traumático por si só, mas sim aquilo que é vazio de simbolização. Ainda, conforme Dolto (1999, p. 52) “a verdade é o trampolim que permite a criança avançar na vida”.

Assim sendo, compreende-se que os bebês/crianças pequenas que necessitam da medida do acolhimento tiveram suas histórias de vidas marcadas por uma separação. Assim, é o adulto cuidador que auxiliará a mesma a compreender o que aconteceu, do que por que não estão com suas famílias, com suas mães e por que estão na instituição de acolhimento. A partir desse entendimento a questão do “falar” com o bebê é algo imprescindível, pois eles têm direito a saber de suas histórias, compreendendo que o abrigo será seu lugar de cuidado dentro do período que for preciso. (ALENCAR, 2015).

Conforme as falas expressam, as cuidadoras colocam não ter tempo para alguns momentos de narratividade, momentos de maior afeto, como para brincadeiras. Sobre isso, se entende que o bebê e criança pequena conhece o mundo e também a si mesma desestabilizando o que a cerca, porém, em contexto de acolhimento institucional algumas questões tornam-se mais difíceis,

Elas vão assim construir sua história, retomando as relações e circunstâncias que as levaram a estar ali, questionando seu lugar no mundo e as regras que regem a organização deste. Construir torres, destruí-las, bater na boneca, dar-lhe carinho, fazer e desfazer casas, jogar repetidamente objetos, rasgar, quebrar brinquedos, desmontá-los, chorar, brincar de cadê/achou... cadê mamãe???, brincadeiras universais, falam desse processo, mas no abrigo parecem ser insuportáveis. (NOGUEIRA, 2011, p. 12).

Através da fala das cuidadoras, compreendo que os momentos em que elas consideram que exista uma estimulação importante estão relacionados a materiais e objetos. Dessa forma, acreditam estar falhando, pois não tem tempo de sentar e brincar, por exemplo, com pecinhas de montar ou algum jogo. E, pouco expressam acerca dos momentos básicos, como a hora de dar banho, trocar e alimentação enquanto momentos privilegiados de interação entre o bebê e o adulto cuidador.

É nesses momentos, há um estreitamento do vínculo, pois são atravessados pelo toque, pelo olhar e pela palavra. Desse modo, não consideram esses momentos enquanto ricos para serem investidos. Alencar (2015, p. 33) aponta que “desde que haja condições ambientais favoráveis, ou seja, vínculos afetivos e um ambiente físico preparado, os estímulos que promovem o desenvolvimento do bebê se encontram no seu cotidiano”.

Há um entrelaçamento das categorias de análise, que indicam as representações e percepções das cuidadoras sobre o seu papel e sobre o cuidado. Sendo que, neste item foi possível pensar sobre algumas hipóteses frente “a falta de tempo” e algumas implicações que essas práticas podem ter no desenvolvimento dos bebês e crianças pequenas. O que se constata frente a essas percepções das cuidadoras é que a relação estabelecida entre elas e os pequenos sujeitos está baseada – na maior parte do tempo – em tarefas de cuidado básicas, como aquelas de higiene e alimentação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Término e finalização. Tecer o fim, realizar conclusões, fazer um fechamento. Posso também dizer, compactar as ideias finais de uma pesquisa que se estendeu por cerca de um ano. É com essa constatação que afirmo que as considerações finais desse trabalho me tocam de forma intensa. Acredito ser importante retomar as minhas implicações com a temática, os objetivos que pretendia com a pesquisa, bem como ressaltar a minha experiência enquanto pesquisadora. Para assim, expor aspectos relevantes a partir da discussão e análise dos dados.

A realização de uma pesquisa abrangendo bebês e crianças pequenas que vivenciam um contexto de acolhimento se deu para mim através de um envolvimento com as questões de saúde mental e os primeiros anos de vida trazidas em diferentes disciplinas no decorrer do curso de psicologia. A vivência em ambiente institucional por meio de projeto de extensão tem contribuições para o interesse na temática. Porém, conforme Winnicott (1982) diz, *um bebê ou uma criança ainda pequena não existe sozinha*, e é assim que eu chego na figura dos cuidadores. Personagens estes, que ocupam um espaço extremamente importante nas instituições de acolhimentos e mais específico na vida dos sujeitos que tiveram parte das suas vidas interpeladas pela vivência em ambiente institucional, o que implica em abandono, violência e quaisquer formas de violação ou ameaça de direitos. E, entretanto, há em todo esse contexto, uma outra forma de violência e violação de direito, que é a impossibilidade de que as crianças convivam com uma família.

É nesse sentido, que Bowlby (2006) faz a comparação dos prejuízos à criança entre estar em uma boa instituição e em uma família “má”. Teórico este, que enfatizou a importância das primeiras relações do bebê/criança pequena, através do estudo em instituições que o levaram a valorizar tais relações devido as implicações futuras para a saúde mental. Fazendo esse apontamento não estou desconsiderando os prejuízos de situações de abuso e violência vivenciados por crianças. Porém, essa ideia do autor, demonstra a importância da convivência nos primeiros anos de vida ambiente familiar, onde se estabelecem relações íntimas e próximas.

Além dele, Spitz (1979) também percebeu com seus estudos que a vivência em instituição é prejudicial para o bebê e a criança pequena. Ao passo que Winnicott (1982) e Dolto (1999), também foram pessoas importantes ao ressaltarem a importância do agente cuidador. Foram esses autores que deixaram em mim, as marcas que viriam a que eu me questionasse sobre como as relações aconteciam nesse contexto no início da vida, a partir da vivência com crianças institucionalizadas e, portanto, conhecendo a realidade institucional.

Assim, a minha intenção inicial era também tentar pensar sobre relação na perspectiva dos bebês e crianças pequenas. Entretanto, além de instrumentos com os quais não tinha nenhuma familiaridade e o curto tempo de coleta de dados que é cerca de dois meses, impossibilitou que isso ocorresse. É a partir desse contexto que a figura dos cuidadores se torna tão relevante nessa pesquisa, pois é por meio da fala desses, que tive o objetivo de compreender a relação que se estabelece entre eles e os pequenos sujeitos com os quais exercem o seu trabalho. As entrevistas ocorreram com o objetivo de entender a compreensão destes frente ao seu papel e as representações das suas práticas de cuidado com os bebês e crianças pequenas.

Penso que através da análise dos dados, que se deu pela Análise de Conteúdo de Bardin (1977), foi possível corresponder aos objetivos anteriormente citados que se configuravam enquanto objetivos da pesquisa. Contudo, a observação da relação, outro objetivo específico, posso dizer que não se deu da forma que eu imaginava. É por meio dessa experiência que posso afirmar que a pesquisa também é composta pelo inesperado e pela nossa necessidade de adaptação. A ideia de poder observar o cotidiano de trabalho das cuidadoras com os bebês e crianças pequenas faz com que hoje eu reflita sobre as condições desse contexto.

É fácil, nesse momento, pensar que a minha presença não passaria despercebida dentro do ambiente de acolhimento institucional composto por duas cuidadoras por turno e cerca de 13 a 15 crianças. Dentro delas quatro recém-nascidos, um grupo de seis meninas com cerca de dois anos e os demais com idades variadas próximas de um ano. Os três turnos de “observação” foram complexos no sentido de que as crianças maiores, com cerca de dois anos, pediam atenção e havia uma necessidade intensa de que alguém estivesse junto delas. Obviamente que a partir disso pude tecer algumas reflexões, mas por outro lado é importante dizer que a “neutralidade” e olhar “de fora” a relação foram impossíveis nesse contexto. Entretanto, minha experiência também serviu para refletir sobre a perspectiva das cuidadoras, como é estar em contato com bebês e crianças pequenas institucionalizados. Experiência esta, que me tocou de modo intenso, e que contribuiu para que eu enfatizasse na discussão e resultados os aspectos e implicações emocionais do seu trabalho.

Portanto, acerca dos meus resultados com essa pesquisa penso que foi possível refletir sobre uma série de aspectos da relação dos cuidadores dessa instituição de acolhimento com os bebês e as crianças pequenas, que dizem do meu objetivo geral. Primeiramente acerca das representações sobre o cuidado, que era um dos meus objetivos específicos, ressalto a dificuldade de construção de uma identidade nesse contexto, que decorre de alguns aspectos,

um deles é sobre diferenciação entre o cuidado em abrigo e o cuidado em creches. Aspectos voltados a identidade materna - visto que todas eram mães - estiveram presentes na tentativa de falar dessas representações, porém havia a necessidade de distanciar-se dessa identidade.

Foi possível pensar que as questões “naturais” atribuídas a mulher, referente ao cuidado podem de certa forma influenciar e dificultar a separação de uma identidade de “mãe” e outra de “cuidadora”. Além disso, como reflexão aponta-se sobre a impossibilidade de comparar a função de um agente cuidado, com a função de uma mãe, pois existem diferenças bem marcadas. Especialmente no que diz respeito as motivações desse cuidado, as implicações e objetivos diferentes. Porém, como pôde ser possível refletir nessa categoria, há um complexo de questões que dificultam a formação de uma identidade de cuidadora explícita no discurso das mesmas.

Ainda na mesma perspectiva das representações, há a categoria daquilo que denominei de “pré-requisitos”, visto que as cuidadoras expressam uma demarcação importante que fala das mulheres cuidadoras que são incapazes de cuidar de bebês e crianças pequenas. A partir das falas consegui pensar em uma série de possibilidades a partir dessa demarcação delas. Um aspecto importante é pensar do quanto um bebê ou criança pequena acaba por tocar em questões primitivas das mulheres, o que implica nas histórias individuais e na capacidade de estar diante de um ser que não está em contato com o par idealizado mãe-bebê. Pensei ainda relacionado a categoria acima sobre essa junção entre mulher e mãe, que é capaz e apta a cuidar e educar enquanto uma construção social. Visto que a partir das falas afirma-se que algumas não conseguem.

Além disso, a ideia de *holding* também foi discutida, pois alguns autores afirmam que inclusive nas instituições de acolhimento é possível pensar naquilo que os cuidadores podem se amparar evitando adoecer. É assim que penso naquilo que a instituição oferece as cuidadoras, porém, algumas não conseguem participar desses espaços e encontros e por isso, que pude pensar na necessidade de criar mecanismos ou estratégias defensivas nesse contexto.

Em relação as percepções sobre o seu trabalho que implica o cuidado de bebês e crianças pequenas outras duas categorias foram exploradas. Foi perceptível na fala delas elementos que envolvem as separações frequentes no cotidiano do abrigo. E assim, pensar sobre essas relações que ali dentro se constituem e onde, em alguns meses, dias ou anos, as cuidadoras passarão a não mais ver esses pequenos sujeitos os quais investiram em cuidado e afeto. Frente a essa realidade expressa por elas, marcadas por rupturas e chegadas de novos bebê e crianças pequenas a ideia de processos de luto foi discutida pensando a realidade de acolhimento institucional. E além disso, esse item tem relação com as representações acima

citadas sobre o seu papel, visto que a noção de cuidados temporários e a compreensão da sua função nesse contexto, contribuem para que esse contexto não se torne adoeecedor.

Ainda sobre as percepções elenquei a categoria que diz respeito a “falta de tempo” para momentos de afeto e interações, bem como para narratividades nessa relação. Assim como surgiram polaridades dentro da primeira categoria no que se refere a dificuldade de encontrar um papel de cuidadora nessa categoria também existiram. As cuidadoras parecem saber das questões que são importantes referente a momentos de interação, porém, a realidade institucional, segundo elas, não permite que isso aconteça.

Em relação a isso, pude pensar em uma hipótese que corresponde a essa percepção de “falta de tempo”, especialmente porque em uma das entrevistas a cuidadora pontuou que já houveram momentos com tão poucas crianças, que “não havia o que fazer” (Cuidadora 3). Assim, é possível pensar que uma realidade que é marcada por separações e rupturas e a necessidade de novos investimentos solicita delas estratégias defensivas. Soma-se a isso o fato da falta de percepção clara da sua atuação e prática, o que pode estar justificando uma atuação mais voltada para a rotina pré-estabelecida e aos cuidados e necessidades físicas dos bebês e crianças pequenas.

Com todas essas considerações, é preciso continuamente pensar nos espaços de formação dos trabalhadores do abrigo. Além destes, espaços de sustentação também se configuram em estratégias importantes, para tentar “dar conta” de um cotidiano de trabalho mobilizador. É muito importante cuidar do ambiente que receberá bebês e crianças pequenas, relacionadas aos aspectos físicos, mas especialmente dos adultos que estão encarregados da difícil tarefa do cuidar. (NOGUEIRA, 2011).

A discussão referente ao “tempo” tem tanto implicações para o desenvolvimento dos bebês e das crianças pequenas, quanto para a saúde mental das cuidadoras que vivenciam esse contexto que solicita de forma insistente a elaboração de lutos. Assim, considerar enquanto hipótese que essas mulheres cuidadoras possam estar lançando mão de estratégias defensivas para não se envolverem demasiadamente com as crianças (visto haverá uma ruptura à frente) significa estar implicado pensando que essa relação entre esses sujeitos aconteça de forma saudável e de qualidade.

Portanto, existe uma implicação ética em toda a discussão, que perpassa tanto a via da saúde mental das cuidadoras quanto a possibilidade de que os bebês e crianças pequenas que vivenciam a realidade institucional possam se desenvolver através de relações afetuosas. Ficou evidente a partir da análise das entrevistas e dos momentos de observação que existem poucos momentos de maior interação e pouca narratividade, processos importantes para a

constituição do bebês e crianças pequenas. É nesse sentido que acredito que deveria ser pensado mais a fundo sobre as estratégias defensivas das cuidadoras utilizam no contexto de acolhimento institucional para não adoecerem. Já que elas representam o ambiente que recebe esses pequenos sujeitos, pensando conforme os pressupostos winnicottianos.

Não se pode negar a constatação da quantidade de bebês e crianças pequenas em relação as cuidadoras por turno. A realidade desses contextos é marcada por falta de investimentos do Estado. É perceptível que as políticas de proteção ao bebê, a criança e ao adolescente precisam ocupar um lugar de maior destaque. Penso que anteriormente a isso, ou seja, antes que a criança chegasse nessa realidade de acolhimento, acredito que muitos aspectos falharam. É comum o discurso de julgamento as famílias que tem seus filhos abrigados. Penso que o estudo histórico dessas práticas fez com que eu tivesse um olhar mais crítico acerca delas.

Após tantos estudos de autores anteriormente citados, bem como a partir das discussões dessa pesquisa, é preciso pensar frente ao bebê e a criança pequena em novas estratégias, que não apenas o acolhimento institucional. Na realidade institucional pesquisada diversas impossibilidades ficaram evidentes, sendo que essas podem prejudicar o desenvolvimento afetivo e psíquico dos bebês e crianças pequenas. Em outros países, a partir da constatação da importância dos primeiros anos de vida, existem as famílias acolhedoras, uma prática ainda muito tímida dentro da realidade brasileira.

Por fim, considero que a pesquisa cumpriu com os objetivos que se propunha, onde a relação do cuidador com os bebês e crianças pequenas foi enfatizada através das percepções e representações do cuidado estabelecido. Fica evidente que o contato cotidiano com bebês e crianças pequenas torna a instituição de acolhimento um local mobilizador para os cuidadores que ali atuam. Além disso, as implicações frente a um cuidado que é temporário expõem as dificuldades de delimitar papeis bem definidos. É a partir disso e da constatação de uma realidade marcada por separações e necessidades constantes de processos de luto que foi possível refletir sobre o que essa falta de tempo pode estar dizendo. É perceptível que as cuidadoras procuram dar conta da rotina e assim, daquilo que já está pré-estabelecido. Evidencia-se que a realidade de acolhimento é institucional é complexa e necessita de constantes reflexões para que as relações ali existentes sejam saudáveis, tanto por parte das profissionais quanto por parte dos bebês e crianças pequenas.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Roberta (org.). *O acolhimento de bebês: práticas e reflexões compartilhadas*. Instituto Fazendo História, 2015.

ALMEIDA, Leila Sanches de. Mãe, cuidadora e trabalhadora: as múltiplas identidades de mães que trabalham. *Rev. Dep. Psicol.*, UFF, v. 19, n. 2, p. 411-422, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-80232007000200011&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 16 nov. 2017.

ATEM, Lou Muniz (org.). *Cuidados no início da vida: clínica, instituição, pesquisa e metapsicologia*. Casa do psicólogo, 2008.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. 9. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAPTISTA, Valéria Ferranti. Amar, cuidar, subjetivar: implicações na primeira infância. *Estilos da clínica*, v. 8, n. 15, p. 58-71, 2003. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/estic/v8n15/v8n15a05.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BENTZEN, Warren R. *Guia para observação e registro do comportamento infantil*. Trad.: All Tasks. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

BORGES, Thelma Pontes. Função materna, educação e ato educativo. *Revista Inter Ação*, v. 34, n. 2, p. 453-464, 2009. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/8505/5966>. Acesso em: 06 abr. 2017.

BOWLBY, John. *Formação e rompimento dos laços afetivos*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BOWLBY, John. *Cuidados maternos e saúde mental*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Lei Federal, v. 8, 1990.
 BRAZELTON, T. B.; GREENSPAN, S. I. *As necessidades essenciais das crianças: o que toda criança precisa para crescer, aprender e se desenvolver*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CARETA, Denise Sanchez. *Quando o ambiente é o abrigo: cuidando das cuidadoras de crianças em acolhimento institucional*. 2011. Tese de Doutorado (Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-14062011-161730/en.php>>. Acesso em 17 nov. 2017.

CINTRA, Ana Lúcia. *Corpo a corpo: representações identitárias, singularidades e abrigos institucionais para crianças*. 2010. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/103254/276702.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE / Conselho Nacional De Assistência Social. 2009. *Orientações técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/pdf/orientacoes-tecnicas.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

CAVALCANTE, L. I. C.; MAGALHÃES, C. M. C.; PONTES, F. A. R. Abrigo para crianças de 0 a 6 anos: um olhar sobre as diferentes concepções e suas interfaces. *Rev. Mal-Estar Subj.* Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 329-352, set. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 abr. 2017.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E. Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho. In: DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1993.

DOLTO, Françoise. *As etapas decisivas da infância*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

EIZIRIK, C. L.; KAPCZINSKI, F.; BASSOLS, A. M. S.a (Org.). *O ciclo da vida humana: uma perspectiva psicodinâmica*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

GABEIRA, T. R.; ZORNIG, S. A. Os eixos do cuidado na primeira infância. *Cadernos de psicanálise (Rio de Janeiro)*, v. 35, n. 29, p. 143-158, 2013. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cadpsi/v35n29/a09.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

GIBBS, Graham. *Análise de dados qualitativos*. Porto Alegre: Bookman, 2009.

GOLIN, Gabriela. *A interação entre a criança abrigada e seu cuidador: o vínculo na institucionalização*. Dissertação de mestrado – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2908>>. Acesso em: 20 de mai. 2017.

LIMA, Aline Ottoni Moura Nunes. *Ser mãe eu sei, o que agora falta é social: sobre o processo de constituição da identidade profissional no acolhimento institucional de crianças*. 2009. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Psicologia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/17070/1/aAline%20Otoni.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

LISPECTOR, Clarice. *Um sopro de vida: pulsações*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1978.

MAGALHÃES, C. M. C.; COSTA, L. N.; CAVALCANTE, L. I. C. Percepção de educadores de abrigo: o seu trabalho e a criança institucionalizada. *Journal of Human Growth and Development*, v. 21, n. 3, p. 818-831, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822011000300008>. Acesso em: 29 mar. 2017.

MELGAÇO, Rosely Gazire (org.). *Ética na atenção ao bebê - Psicanálise, Saúde, Educação*. Casa do Psicólogo, 2006.

MOLINAS, Jessyka Ohana Costa. *Bebês institucionalizados: as interfaces da constituição do sujeito e possíveis riscos no desenvolvimento*. 2011. Monografia (Faculdade de Educação, Pedagogia, Universidade de Brasília) - Brasília, 2011. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/3287/1/2011_JessykaOhannaCostaMolinas.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2017.

MORÉ, C. L. O.; SPERANCETTA, A. Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. *Psicologia & Sociedade*, v. 22, n. 3, p. 519-528, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n3/v22n3a12>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

MOURA, Gabriella Garcia. *“Quem não pega, não se apega”*: O acolhimento institucional de bebês e as (im)possibilidades de construção de vínculos afetivos. 2012. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Psicologia da USP) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto – SP, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-10102013-152307/pt-br.php>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

MOURA, G. G.; AMORIM, K. S. A (in)visibilidade dos bebês na discussão sobre acolhimento institucional. *Psicol. estud.*, Maringá, v. 18, n. 2, p. 235-245, Junho, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722013000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 mar. 2017.

NOGUEIRA, P. C.; COSTA, L. F. Mãe social: profissão? função materna?. *Estilos clin.*, São Paulo, v. 10, n. 19, p. 162-181, dez. 2005. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282005000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 mar. 2017.

NOGUEIRA, Fernanda (org.). *Entre o singular e o coletivo: o acolhimento de bebês em abrigos*. São Paulo: Instituto Fazendo História. 2011. Disponível em: <http://www.fazendohistoria.org.br/downloads/entre_o_singular_e_o_coletivo>. Acesso em: 10 mar. 2017.

OLIVEIRA, Paula Moreau Barbosa de. Mãe social: profissão de agenciamento de discurso?. *O declínio dos saberes e o mercado do gozo*. ano 8, Col. LEPSI, IP/FE-USP, 2010. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000032010000100056&script=sci_arttext>. Acesso em: 31 ou. 2017.

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. *O Mundo da Criança: Da Infância à Adolescência*. AMGH Editora, 2009.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. 2. ed. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2004.

SLUD, Renata. *As Possibilidades de investimento de desejo no exercício da função materna em mães sociais*. 2010. Monografia (Pós Graduação em Psicologia Clínica - abordagem psicanalítica) - Universidade Tuiuti do Paraná/Curitiba, 2010. Disponível em: <<http://tcconline.utp.br/wp-content/uploads/2012/08/as-possibilidades-de-investimento-de-desejo-no-exercicio-da-funcao-materna-em-maes-sociais.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

SPITZ, René A. *O primeiro ano de vida*. 1. ed São Paulo: Martins Fontes, 1979.

THEISEN, Ana Paula. *A função materna na constituição psíquica*. 2014. Monografia - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Santa Rosa/RS, Dez. 2014. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/2894/ANA%20PAULA%20THEISEN%20TCC%20FINAL.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

TINOCO, Valéria. *O luto em instituições de abrigamento: um desafio para cuidadores temporários*. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC-SP, 2007. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/15598?mode=full>>. Acesso em 02 nov. 2017.

VENANCIO, Renato Pinto (org.). *Uma história social do abandono de crianças de Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX*. São Paulo: Alameda/Editora PUC Minas, 2010.

WINNICOTT, Donald Woods. *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

ZORNIG, Silvia Abu-Jamra. Reflexões sobre uma ética do cuidado na primeira infância. *Primórdios-CPRJ (Círculo Psicanalítico do Rio Janeiro)*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 15-26, 2010. Disponível em: <http://www.cprj.com.br/primordios/15-26_reflexoes.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2017.

APÊNDICE A - Roteiro entrevista semiestruturada

1. Identificação: Nome: Idade: Escolaridade/Profissão: Estado Civil: Composição familiar:
- 2 – Conte-me sobre a sua trajetória no abrigo.
- 3 - Há quanto tempo você trabalha nessa instituição?
- 4 - O que o(a) levou a vir trabalhar neste local?
- 5 – O que significa para você trabalhar em um abrigo?
- 6 – Qual é a sua função aqui?
- 7 – Como é sua rotina de trabalho?
- 8 – Me fale sobre as dificuldades que você encontra nesse contexto de trabalho.
- 9 – Como é para você trabalhar com crianças de zero aos três anos?
- 10 - Você se identifica com esse trabalho?
- 11- Por quais motivos começou a trabalhar com crianças desta faixa etária?
- 12 – Você acredita que o seu cuidado interfere no desenvolvimento das crianças? Caso sim, como você acha que isso acontece?
- 13 – O que você acredita ser a maior contribuição do cuidador neste contexto?
- 14 – Qual é o seu papel com os bebês e crianças pequenas?
- 15 – Você conhece o porquê dessas crianças estarem abrigadas?
- 16 – Quais são as palavras que lhe vem à mente quando pensa em bebês/crianças pequenas abrigados?
- 17 – Que tipo de sentimentos gera em você o trabalho com bebês/crianças pequenas?
- 18 – Quais os aspectos da faixa etária específica do zero aos três anos que lhe motiva a trabalhar?
- 19 – Você já teve outras experiências cuidando de bebês ou crianças pequenas até três anos?
- 20 - Esse cuidado é parecido ou há especificidades neste ambiente?
- 21- Quais são as diferenças e/ou semelhanças no ambiente do abrigo?

APÊNDICE B – Protocolo de observação relação cuidador – bebê/criança pequena

Aspectos a serem observados - relação do cuidador com o bebê e criança pequena com base no livro de Bentzen (2012).

- **INTERAÇÕES VERBAIS**

Perguntas/Comentários:

- O cuidador questiona ou comenta sobre o que o bebê ou criança pequena pode estar querendo? (intenção);
- O cuidador questiona ou comenta sobre os motivos do choro?
- O cuidador faz comentário sobre o que está acontecendo com o bebê/criança pequena?
- O cuidador faz comentários acerca do que a criança pode estar sentindo? (Em relação à aspectos emocionais).
- O cuidador tem a atitude de narrar o que está acontecendo com a criança em momentos cotidianos do dia?
- O cuidador tem o hábito de chamar os bebês/crianças pequenas pelo seu nome?
- Em relação as atividades que exigem a imposição de limites, existe justificativa em relação à proibição?
- Há momentos em que o cuidador elogia ou aprova o comportamento das crianças?

Quais são?

- Há momentos em que o cuidador repreende ou desaprova um comportamento?

- **INTERAÇÕES NÃO VERBAIS**

- O cuidador procura o olhar do bebê/criança pequena, contato face a face?
- O cuidador consegue além de realizar as atividades de cuidado gerais (alimentação, banho) momentos de interação e brincadeiras?
- O cuidador conforta fisicamente com ou sem vocalização – beijos, abraços, colo.
- O cuidador mostra e oferece brinquedos/objetos?

APÊNDICE C – TCLE
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**A RELAÇÃO DO CUIDADOR COM O BEBÊ E A CRIANÇA PEQUENA SOB CONTEXTO DE
 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

- I A relação que se estabelece entre bebê e criança pequena com o cuidador é de extrema importância para o seu desenvolvimento de forma integral, portanto, é relevante refletir sobre as relações que acontecem também dentro dos abrigos. Tendo em vista que existe pouco material sobre essa temática, o objetivo desta pesquisa é conhecer a relação que se estabelece entre o cuidador e os bebês e crianças pequenas que estão sob acolhimento institucional, bem como conhecer as percepções dos cuidadores e observar o cotidiano dessa relação.
- II Serão utilizados como procedimentos a observação e as entrevistas semiestruturadas, onde através do diálogo com os cuidadores possa se compreender suas percepções sobre esse trabalho de cuidado. Será realizado uma entrevista com cada profissional que se dispuser, bem como um turno de observação do seu cotidiano de trabalho. Os cuidadores convidados serão aqueles que trabalham cotidianamente com a faixa etária de zero aos três anos de idade. A coleta de dados da entrevista ocorrerá dentro da instituição em uma sala previamente combinada com a coordenadora.
- III Quanto a possíveis desconfortos dos participantes, na fase de coleta de dados a pesquisadora estará no contexto de trabalho dos sujeitos da pesquisa e além disso, realizará uma entrevista com os cuidadores composta de perguntas sobre a relação dos cuidadores com os bebês e crianças pequenas.
- IV Com a realização deste estudo pretende-se conhecer as relações que acontecem nos abrigos, entre cuidadores e abrigados que corresponde a faixa etária de zero a três anos, assim, espera-se refletir sobre formas de cuidados consideradas éticas. Da mesma forma, os sujeitos entrevistados terão a possibilidade de pensar sobre o seu fazer cotidiano e a relação que estabelecem com os bebês e crianças pequenas institucionalizados.
- V A própria pesquisadora (Isabela Cristina Lemos) é a patrocinadora do projeto.

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, declaro que autorizo a minha participação neste projeto de pesquisa, pois fui informado, de forma clara e detalhada, livre de qualquer forma de constrangimento e coerção, dos objetivos, da justificativa, dos procedimentos que serei submetido, dos riscos, desconfortos e benefícios, assim como das alternativas às quais poderia ser submetido, todos acima listados.

Ademais, declaro que, quando for o caso, autorizo a utilização de minha imagem e voz de forma gratuita pelo pesquisador, em quaisquer meios de comunicação, para fins de publicação e divulgação da pesquisa, desde que eu não possa ser identificado através desses instrumentos (imagem e voz).

Fui, igualmente, informado:

- da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento a qualquer dúvida acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa;
- da liberdade de retirar meu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo à continuação de meu cuidado e tratamento;
- da garantia de que não serei identificado quando da divulgação dos resultados e que as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados ao presente projeto de pesquisa;
- do compromisso de proporcionar informação atualizada obtida durante o estudo, ainda que esta possa afetar a minha vontade em continuar participando;
- da disponibilidade de tratamento médico e indenização, conforme estabelece a legislação, caso existam danos a minha saúde, diretamente causados por esta pesquisa;
- de que se existirem gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa.

O Pesquisador Responsável por este Projeto de Pesquisa é a orientadora Roselaine Berenice Ferreira da Silva - fone 997077205.

O presente documento foi assinado em duas vias de igual teor, ficando uma com o voluntário da pesquisa ou seu representante legal e outra com o pesquisador responsável.

O Comitê de Ética em Pesquisa responsável pela apreciação do projeto pode ser consultado, para fins de esclarecimento, através do telefone: 051 3717 7680.

Data __ / __ / ____

 Nome e assinatura do Voluntário

 Nome e assinatura do responsável
 pela obtenção do presente consentimento